



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2014

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS).

HORA DE ABERTURA: 9h30 horas

PRESENÇAS: Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Manuel Maurício Costa Botas (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), António Pedro Casais Almeida e Costa (PSD), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Mário António de Almeida (PSD), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), Ângela Maria Bastos de Lima (PSD), José Baltazar Cardoso Correia (PS), Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS).

Esteve igualmente presente o Vice-Presidente da Câmara Municipal Pedro Miguel Mouro Lourenço, em representação da Câmara Municipal, e os Srs. Vereadores Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Adriano de Lima Gouveia Azevedo e Alda Catarina Sequeira Rodrigues.

LOCAL: Centro Cultural Casa do Povo em Santa Cruz da Trapa.

FALTAS: Violeta Sofia Pereira Martins (PS) por motivos profissionais.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS

1 – Período antes da Ordem do Dia.

2 - Período de Intervenção do Público.

3 - Assuntos da Ordem do Dia:

3.1 - Análise da Informação sobre a “Atividade e Situação Financeira do Município”;

3.2 – Análise da “Informação referente a Providência Cautelar sobre o encerramento de escolas no concelho”;

3.3 – Análise do “Relatório de Acompanhamento do PAEL respeitante ao 2.º trimestre de 2014”;

3.4 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Regulamento Interno da Universidade Sénior de S. Pedro do Sul”;

3.5 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Regulamento do Conselho Municipal da Juventude”;

3.6 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Anulação de procedimento concursal para 10 lugares de Técnico Superior de Inglês, 2 lugares de Técnico Superior de Ensino de Atividade Física e 11 lugares de Técnico Superior de Ensino de Atividades Lúdico-Expressivas”;

3.7 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Lista de Juízes Sociais”;

3.8 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar em 2014 e a cobrar em 2015 ”;

3.9 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Lançamento de Derrama para o ano de 2015”;

3.10 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Participação no IRS para o ano de 2015”;

Correspondência recebida:

Da Câmara Municipal:

- Ofício nº 8265 datado de 05.08.2014 referente a “Interposição de providência cautelar acerca do encerramento de escolas”;
- Ofício nº 9935 datado de 24.09.2014 referente a “Sessão Ordinária do mês de setembro”;

Publicações:

- “Ecos da Gravia” referentes aos meses de junho, julho e agosto de 2014;
- Jornal “Voz das Misericórdias” referente aos meses de junho, julho e agosto de 2014;
- Jornal “Associação” referente ao mês de agosto de 2014.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ofícios:

- Do PRODER, datado de 26.06.2014, referente a “Resultados obtidos no exercício de funções”;
- Da EDP, datado de 01.07.2014, referente a “Impacto da barragem de Ribeiradio na freguesia de Valadares, Concelho de S. Pedro do Sul”;

Mails:

- Da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 05.09.2014, referente a “Primeira Conferência: A organização territorial do Estado na democracia de proximidade”;
- Do Grupo Parlamentar Os Verdes, datado de 12.09.2014, referente a “Fragmentos de asfalto-requalificação da EN16, Oliveira de Frades”
- Da Universidade de Lisboa, datado de 18.09.2014, referente a “Encontro Internacional Os Municípios na modernização educacional”;

Convites:

- Da Termalitur para apresentação da Linha Dermocosmética Aqva;
- Da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões para inauguração do Centro Cultural Casa do Povo;
- Da Câmara Municipal de Oliveira de Frades para Inauguração de monumento alusivo à Capital do Frango do Campo;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul para inauguração do Centro Escolar;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul para homenagem pública ao Dr. José de Barros. ----

APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE JUNHO DE 2014:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da sessão referida em epígrafe, com dispensa da sua leitura, em virtude do texto da mesma haver sido distribuído por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do Período Antes da Ordem do Dia, para discussão de assuntos de interesse local, tendo-se verificado as seguintes intervenções: O Deputado Municipal António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD) dirigiu algumas palavras de satisfação por receber a sessão na sua freguesia, lamentando todavia a ausência do Presidente da Câmara Municipal, apelando e insistindo no que está previsto para o ano corrente plano de atividades e orçamento municipal: a intervenção no Jardim do Calvário, o Multiusos ou Polidesportivo e a projecção das ETAR's na freguesia. O Presidente da Assembleia Municipal assinalou a passagem de um ano após os sampedrenses terem manifestado a vontade de iniciarem um novo ciclo político em S. Pedro do Sul, confiando a gestão municipal ao Partido Socialista. E,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enquanto presidente da Assembleia Municipal quis tecer algumas considerações a respeito desse 1º aniversário. Iniciou por dizer que tiveram sete sessões da Assembleia Municipal: três na sede do Salão Nobre do concelho e quatro descentralizadas nas freguesias, procurando assegurar a máxima independência nas funções em que foi investido, cumprindo assim a promessa de percorrer todo o município e não ficarem restritos à cidade, sempre com grande equilíbrio, na medida em que fizeram sessões em freguesias de ambos os partidos por igual. Que têm procurado defender e respeitar o estatuto da oposição nas próprias sessões. Que têm procurado acompanhar a atividade do executivo, ou seja, limitar a clivagem entre o que é prometido e o que é executado, mostrando-se muito confortável com o cumprimento do que tem sido prometido, nomeadamente: uma Câmara Municipal mais aberta à população, com as pessoas a terem acesso direto ao presidente e aos vereadores; o avanço com o balcão único de atendimento; a preocupação no plano social, com as iniciativas da Oficina Domiciliária, o Cheque Bebê, bolsas de estudo para os universitários mais desfavorecidos; a grande promessa de 150 lugares de estacionamento automóvel, que está em fase de obra; a grande dinamização das Termas, com o aumento dos aquistas e com muita satisfação dos hoteleiros, com quem tem conversado e cujos têm confirmado esse acréscimo de frequência; o avanço nas candidaturas do parque da cidade e do saneamento básico, pese embora ainda não esteja em fase de execução; a promessa de realizar alguns certames de produtos locais, como foi o caso da Festa da Vitela de Lafões em Manhouce e a Festa do Feijão na cidade, que, devido ao sucesso, surpreendeu pela positiva; por fim, sobre a redução do endividamento, diz que foi feita uma auditoria e que a dívida começou por ser vinte e seis milhões de euros consolidados entre a Câmara Municipal e a Termalístur, mostrando a sua preocupação e pugnando pelo rigor financeiro, uma vez que há muitas coisas que não avançam porque a esta questão estão associados os fundos disponíveis positivos e negativos, existindo uma redução muito significativa, que se salda em dois milhões e meio de euros entre Câmara Municipal e Termalístur, o que é motivo de satisfação e propósito para continuar a dedicar toda a vigilância a esse ponto de situação. E termina com um balanço às sete sessões anteriores, referindo que correram globalmente muito bem, que tiveram um empenhamento de todos os senhores deputados municipais de ambas as bancadas, salientando um agradecimento muito especial à Dr.^a Cláudia Costa pela sua assessoria na preparação e elaboração das atas em cada uma das sessões, da mesma forma que agradece aos secretários da mesa da Assembleia, João Carlos de Oliveira Matias e Dr.^a Graça Rodrigues, pelo excelente trabalho de base que têm feito. A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) fez a seguinte intervenção: “As sessões da Assembleia Municipal são sempre momentos de debate político, em que os deputados municipais e os residentes de Junta de Freguesia, legitimamente, questionam o presidente do executivo e em que este justifica as suas opções e esclarece as dúvidas e perguntas surgidas. Pode haver situações imprevistas que justifiquem, excecionalmente, a sua presença, mas, no conjunto dessas situações, nunca podemos incluir a justificação da ausência de hoje: uma viagem a Villeneuve-le-Roi. Há que estabelecer prioridades, e a ausência do senhor presidente de Câmara nesta sessão, em que se completa – como disse o senhor presidente da Assembleia Municipal – um ano sobre o trabalho deste executivo, em que se deveria fazer o balanço dessa atividade e deveria ser o senhor presidente da Câmara a apresentar precisamente o relatório desse balanço. Isso demonstra que se menorizou a Assembleia Municipal, numa fuga clara ao debate e às suas responsabilidades



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perante este órgão autárquico. É para nós inaceitável que o senhor presidente da Câmara troque a sua presença na Assembleia Municipal por um passeio, no qual a senhora vereadora da cultura, por exemplo, representaria o executivo com toda a dignidade, não só pelas funções que detêm, mas também porque, ao que consta, até sabe falar francês. Mas, entendemos nós, haveria ainda outra alternativa, que seria o regresso antecipado do senhor presidente – de avião são três horas –, de modo a chegar a tempo a participar nesta sessão, que, ainda por cima, tem lugar em Santa Cruz da Trapa, reconhecida pelo senhor presidente como sendo o 2º pólo mais desenvolvido do concelho. Toda esta forma de atuação do senhor presidente da Câmara Municipal dá uma imagem de falta de planificação, que em nada abona em favor de uma gestão que se desejaria ponderada e responsável. Gostaríamos de saber, em relação a esta viagem, como foi a mesma organizada e qual o seu propósito? Nada temos contra a realização da mesma, mas a maneira como tudo se processou deixa-nos algumas dúvidas, até porque não temos a informação de que tenha havido qualquer informação sobre esta matéria em reunião de executivo. Chamamos também a atenção do senhor presidente da Assembleia Municipal, pois não devia permitir que esta sessão se realizasse sem a presença do senhor presidente da Câmara. Não teria sido possível antecipar a data desta sessão, de modo a conciliar a presença do senhor presidente na Assembleia Municipal e a visita em causa? Sem pormos em causa a legitimidade do senhor vice-presidente e dos senhores vereadores aqui presentes, é óbvio para nós que a discussão nesta sessão ficará sempre prejudicada. E continuamos a achar que esta Assembleia Municipal merecia mais respeito por parte de quem preside aos destinos deste concelho. Relativamente à entrada em funcionamento do Centro Escolar de S. Pedro do Sul, obra lançada no anterior executivo, através de contrato de financiamento assinado em Junho de 2008, no âmbito de uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro, este é um equipamento que proporciona às crianças deste concelho a possibilidade de terem uma formação condigna, com as exigências atuais, em que professores e educadores têm todas as condições para levarem a cabo o seu trabalho da melhor forma, retirando-os do isolamento em que alguns trabalhavam até ao momento. Por tudo isto, esperávamos que a inauguração deste espaço fosse uma verdadeira celebração e que tivesse a solenidade que um equipamento desta envergadura mereceria. Mas, afinal, assistimos a um momento atabalhado e mal preparado, sem qualquer tipo de protocolo, nem tão pouco uma aparelhagem de som que permitisse às pessoas que ali ocorreram ouvir as intervenções do senhor presidente da Câmara e da senhora delegada regional. Se tivesse havido planificação, com a devida antecedência, teria sido possível que o Centro Escolar tivesse sido inaugurado pelo senhor ministro da educação e pelo senhor primeiro-ministro, cuja presença honraria todos os sampedrenses e toda a comunidade escolar e que, por ironia, estavam em visitas e inaugurações idênticas no distrito. Para além disso, podia aproveitar-se esse momento para sensibilizar o senhor ministro da educação para a necessidade da requalificação da Escola Secundária, que é uma situação que urge resolver. Tanto quanto sabemos, o senhor primeiro-ministro não foi convidado e o convite ao senhor ministro da educação surgiu apenas no início de Setembro, quando a agenda das visitas ao distrito já estava fechada. Assim, assistimos ao descerrar de uma placa, e foi mais uma oportunidade que não se aproveitou. Foi pena, muita pena. Nós teríamos procedido de outra forma, dignificando o momento importante na história deste município e pugnando pela defesa dos interesses dos nossos jovens e pela resolução dos problemas que nos afligem. Por último, relativamente aos produtos de dermocosmética



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comercializados pela Termalitur, que é uma fase que consiste no culminar de um longo processo igualmente encetado pelo executivo anterior há um ano atrás, já tínhamos participado na cerimónia de apresentação pública dos produtos e, precisamente por isso, foi com muito espanto e tristeza que assistimos na campanha eleitoral que se seguiu precisamente a essa apresentação, há um ano atrás, ao então candidato Vítor Figueiredo pôr em causa a existência desses produtos, acusando inclusivamente o também candidato professor Adriano Azevedo de estar a faltar à verdade. Foi um momento triste dessa campanha eleitoral, amplamente difundido pelos órgãos de comunicação social locais e regionais. Mas, mais triste, é verificar que na reapresentação dos produtos, entretanto comercializados, não houve uma palavra de pedido de desculpas ao professor Adriano Azevedo pelo ataque injusto que, então, o atual presidente da Câmara lhe dirigiu. É que como é agora óbvio para todos, os produtos já existiam, faltando apenas esta última etapa: a comercialização. A política é feita para as pessoas e por pessoas. Como tal, é susceptível de falhas, é susceptível de erros, é susceptível de enganos voluntários ou involuntários. Fica muito bem a um político reconhecer que se enganou, que errou, que exagerou. Também fica bem reconhecer o mérito a quem o tem, ainda que seja um adversário político. Teria ficado muito bem ao senhor presidente da Câmara ter-se retratado da injustiça que cometeu relativamente ao professor Adriano Azevedo. Teria saído bem desse episódio triste. Infelizmente não foi esse o caminho que escolheu, o que sinceramente lamentamos e aqui registamos.” O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) fez a seguinte intervenção: “Já tive a oportunidade, publicamente, de abordar o tema, em crónica de rádio local, contudo gostaria de saber, da parte da Câmara Municipal, se é que tem algo a acrescentar algo aquilo que eu disse, sobre o futuro daquela estrutura, que está desativada, ainda que eu saiba – ainda ontem colhi essa informação – que decorram obras de recuperação do pavilhão principal, do dito pavilhão de produção de energia hidroeléctrica. Não concordo de todo com as afirmações que fez em relação ao senhor presidente da Câmara. Eu não sei se seria mais importante o senhor presidente estar aqui neste momento ou estar a representar o nosso município em França. E digo que tenho dúvidas, porquanto acho que o senhor presidente da Câmara estará bem representado aqui; e estou em crer que os dois vereadores presentes, um deles na condição de vice-presidente, portanto presidente substituto, estão à altura dos acontecimentos para resolverem, em resposta adequada e clara, as solicitações e as dúvidas que forem apresentadas. Por isso me custa perceber que a senhora deputada tenha acusado o nosso presidente de ter fugido ao debate. Não tomo isto como uma fuga, pelo contrário, e acho que a Assembleia Municipal não saiu desrespeitada. Se assim é, o senhor presidente da Assembleia Municipal certamente poderá responder, porque também foi visado na sua observação. Mas, Dr.^a Ester, nós estamos cá para levar o barco da discussão por diante e, no final de todo o nosso trabalho, no final do dia, acho que vamos sair daqui satisfeitos com o desenvolvimento dos trabalhos. Eu estive na inauguração do Centro Escolar. Não me opus à construção do dito Centro Escolar numa data anterior. O Centro Escolar é obra de quem o lançou e é obra de quem o concluiu. É uma obra transversal a dois mandatos distintos, de duas cores políticas diferentes, e é uma obra que tanto honra quem lançou como honra quem concluiu. Efetivamente houve ali uma pecha que também não me agradou, que foi a questão do som. Tal e qual como a senhora deputada, eu também não ouvi a intervenção do senhor presidente da Câmara e também não ouvi a intervenção da senhora representante do Ministério da Educação. De todo o modo, o



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Centro Escolar está inaugurado, está a funcionar e ele foi feito para funcionar. Só espero que dali saia um resultado profissional e pedagógico como deve ser, porque para isso foi construído, ainda que, possa adiantar, foram detetadas algumas lacunas naquele projeto. E lacunas que até me foram transmitidas pelo responsável diretor do Agrupamento de Escolas e, nós mesmos, como responsáveis da Educação, porque também estamos ligados à mesma atividade, como professores, facilmente constatamos que há ali coisas que carecem de correção num futuro mais ou menos próximo, nomeadamente no que concerne aos espaços exteriores. E, já agora, para que se clarifique melhor a minha dúvida: onde é que se vão meter trezentas e cinquenta e duas crianças – que é a população quem estava matriculada à altura da inauguração – em dias de chuva? Especialmente crianças em idade escolar tão pequena. E crianças que têm uma dinâmica extraordinariamente gritante. Como é que se vai aguentar toda aquela gritaria nos corredores da escola? Não vai ser fácil. É uma observação que deixo aos atuais responsáveis, que certamente saberão corrigir.” O Presidente da Assembleia Municipal fez a seguinte intervenção: “Tive uma reunião com o senhor presidente de Câmara no princípio de Setembro, seis ou sete de Setembro, onde ele me pôs a questão de que tinha que ir a França, porque eram as festas do concelho de Villeneuve-le-Roi, onde há uma comunidade de emigrantes nossa muito grande. Nós chegamos a equacionar a hipótese de fazer esta Assembleia no dia vinte e dois, portanto na segunda-feira passada. Não o fizemos porque a reunião de Câmara, onde ia ser aprovada muita coisa para esta Assembleia, decorria a vinte e três. E, depois, é assim: há vice-presidentes por algum motivo. E até já vimos, em todas estas assembleias que temos tido, que é uma pessoa que domina os assuntos, que está por dentro de todas as problemáticas que são normalmente tratadas e, portanto, eu não me senti nada diminuído de não ter cá hoje o senhor presidente de Câmara. O vice-presidente existe para substituir o presidente. Para todos os efeitos é o presidente de Câmara que nós temos hoje aqui conosco.” O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) fez a seguinte intervenção: “Eu começava por manifestar algum repúdio... Quando cheguei cá de manhã e me disseram que o senhor presidente não vinha, eu ainda pensei que tivesse a ver com os feijões de ontem. Ainda bem que não foi por esse motivo. Mas era mais justificável do que não estar numa Assembleia Municipal pelo facto de estar em festas em França. Mas pronto, cada um tem as suas prioridades. Já se viu que a prioridade do senhor presidente da Câmara é estar numa festa em França e não estar aqui a representar os cidadãos numa Assembleia Municipal. Queria fazer uma referência a este equipamento que foi inaugurado há bem pouco tempo, do que eu conheço não existirá outra sala com as mesmas características e tão bem equipada quanto esta, fora das sedes de concelho. Portanto, neste caso, está de parabéns, sem dúvida alguma, o Luís Teixeira, que, desde a primeira hora, foi o indivíduo que dedicou muito amor, muito carinho a esta obra. Mas ele não está sozinho nisto, como é evidente. Estão com ele os outros elementos da Junta de Freguesia: estou a pensar sobretudo no Álvaro, estou a pensar no Laurindo Almeida, que estiveram sempre muito envolvidos nesta obra. Eu fui testemunha do carinho, da dedicação, do empenho que cada um deles colocou para chegarmos até aqui com esta obra. Mas é preciso também fazer referência a algumas pessoas que não estarão nesta sala e que também são responsáveis por este projeto. Refiro-me concretamente ao professor Adriano Azevedo, que foi uma peça muito importante para se conseguir fazer esta obra; refiro-me também ao Dr. António Carlos Figueiredo e concretamente ao executivo anterior, porque foram eles os grandes obreiros, além da União das



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões, foram os grandes obreiros para se conseguir chegar a este equipamento magnífico. Agora, eu gostava também de, no futuro, poder fazer um reconhecimento público a este executivo, quando for inaugurado o salão polidesportivo em Santa Cruz da Trapa. Foi uma promessa eleitoral deste executivo, concretamente do senhor presidente Vítor Figueiredo, portanto eu quero ter a oportunidade de, no futuro, vir fazer um reconhecimento público de obras feitas nesta freguesia de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões feitas por este executivo. Eu sei que o processo já deu início, já existe projeto do pavilhão polidesportivo, não existe é financiamento. Eu, com franqueza, preferia que fosse ao contrário. Mas, enfim, temos que começar por algum lado. Já existe projeto, já não é mal de todo.” O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) fez a seguinte intervenção: “Tem sido muito clara a minha posição relativamente a qualquer tipo de negócios – ou algumas dúvidas que tenham havido – relativamente a financiamentos de campanhas eleitorais ou questões afins. E, portanto, não posso deixar de realçar, em primeiro lugar duas notas: uma para as Termas de S. Pedro do Sul e para o lançamento dos produtos e neste caso parabenizar a Câmara Municipal por isso, e depois fazer referência a uma notícia do Jornal do Centro, datada de Agosto do presente ano, que faz referência ao financiamento do Festival das Águas 2013, e que é uma denúncia anónima no âmbito de uma investigação crime que decorre na Câmara Municipal de Viseu e na Câmara Municipal de S. Pedro do Sul. E, portanto, gostava de perguntar ao senhor vice-presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul se a Câmara Municipal foi notificada. E, se foi notificada, em que âmbito. E se tem notícia do avançar destas investigações, onde, alegadamente, a Câmara Municipal ou o executivo da altura terá utilizado, segundo a notícia, fundos para outros fins que não o Festival das Águas. É porque, como todos sabemos, no âmbito das denúncias anónimas, a Polícia Judiciária só investiga se a denúncia tiver um mínimo e um fundo de credibilidade ou de sustentação, ainda que essa sustentação possa ter sido forjada, o que é uma coisa que se avalia sempre a posteriori.” A Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD) apresentou duas propostas que a seguir se transcrevem: “Os principais objetivos do orçamento participativo são: incentivar o diálogo entre eleitos, técnicos municipais, cidadãos e a sociedade civil na procura de melhores soluções para os problemas, tendo em conta os recursos disponíveis; contribuir para a educação cívica, permitindo aos cidadãos integrar as suas preocupações pessoais com o bem comum; compreender a complexidade dos problemas e desenvolver atitudes, competências e práticas de participação; adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas para melhorar a sua qualidade de vida; aumentar a transparência na atividade da autarquia ao nível da responsabilização dos eleitos e da estrutura municipal, contribuindo para reforçar a qualidade da democracia. O orçamento participativo decorre de um ciclo de participação e tendo em conta que vamos, espero eu, iniciar o processo no concelho, deverá ter as seguintes fases: a 1ª é a fase de divulgação do orçamento participativo, onde deverá ser feita uma divulgação pelas Juntas de Freguesia, escolas, associações e meios de comunicação social, incluindo agendamento de sessões de esclarecimento; o 2º ponto é a fase de apresentação de propostas, onde os cidadãos poderão apresentar uma proposta via correio – a definir – ou CTT, devendo ser criadas assembleias participativas para o orçamento e plano de atividades; depois haverá uma fase de análise técnica pelos serviços municipais; depois temos uma fase de reclamação e, por último, uma fase de votação dos projetos, onde os cidadãos votam nos



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

projetos e os mais votados serão integrados na proposta do orçamento municipal e plano de atividades, até ao valor a definir, não tem que haver um valor muito alto para conseguirmos ter um orçamento participativo. E essa é a diferença e o importante, é darmos voz aos cidadãos. Depois há uma apresentação pública dos projetos vencedores numa cerimónia em local a designar. Pretende-se com o orçamento participativo criar uma forma de participação dos cidadãos na governação do território do concelho de S. Pedro do Sul, uma vez que cabe aos cidadãos apresentar propostas e votar nos projetos que querem sejam concretizados.” Na segunda proposta consta que: “A minha proposta de intervenção para a revitalização patrimonial e socioeconómica do nosso centro histórico é uma estratégica em que se pretende envolver também os cidadãos, sugerindo que seja participativa, certa que a participação de todos é um fenómeno de mudança positiva. Neste sentido, proponho diversas ações simples, mas expeditas, a pensar no aumento da qualidade de vida dos moradores, mas também na atração de novas famílias e residentes, que repovoem este espaço nobre do nosso concelho. Sugiro também ideias para reforçar a dinâmica turística, fixar novos serviços e criar novas atividades económicas que gerem emprego e riqueza. Para uma maior abertura no procedimento, sugiro a realização também de sessões participativas, nomeadamente sessão participativa com os comerciantes, sessão participativa com operadores de hotelaria e restauração, sessão participativa com residentes, sessão participativa com investidores, sessão participativa com criativos, sessão participativa com associações e instituições. Anseio que este processo seja verdadeiramente aberto e participativo. Só assim será bem-sucedido. Peço, por isso, que considerem esta proposta como uma base de diálogo entre grupos parlamentares desta Assembleia e que voltemos a discutir este assunto.” O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) apresentou a moção que a seguir se transcreve: ““Os agricultores de S. Pedro do Sul há muito tempo que se viram privados da assistência técnica permanente nos serviços da Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro, ex Zona Agrária. Atualmente existe apenas um técnico em exercício na ex Zona Agrária, que atende os agricultores uma vez por semana – quarta-feira – quando está, porque nos restantes dias úteis da semana encontra-se em trabalho noutros concelhos da região. Talvez lhe tenham atribuído o epíteto de “já esteve”. Além deste dia – quarta-feira –, os agricultores, para poderem ser atendidos, têm que fazer marcação prévia por telefone, que nem sempre resulta e já algumas vezes, desesperadamente, estes deixaram a sua manifesta revolta afixada na porta principal, que nestas circunstâncias se encontra quase sempre fechada. Esta perspetiva de espera e respetivas condições é despropositada e cruel para os nossos agricultores, por si só já desprotegidos e abandonados. A alternativa existente no concelho é o recurso aos serviços técnicos da Cooperativa Agropecuária de S. Pedro do Sul (Cassepedro) e, atualmente, os da Câmara Municipal no âmbito do CLDS Mais, que disponibiliza uma assistência técnica muito específica, que direta e indiretamente fica cara a uma determinada classe de agricultores que a eles recorre. Neste contexto, os serviços oficiais que tutelam em Zona Agrária não respondem com eficácia às solicitações dos agricultores de S. Pedro do Sul, dando a entender que estas suas preocupações não lhe dizem respeito, chutando para outros aquilo que a eles (DRAPC) caberia responder. Compete ao Ministério da Agricultura e do Mar apoiar os agricultores das zonas mais desprotegidas e com uma agricultura de subsistência, porque são eles os responsáveis da diversidade da atividade agrícola em S. Pedro do Sul e são também o garante da manutenção dos nossos ecossistemas, indispensáveis para o desenvolvimento do



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

turismo de montanha, inevitavelmente associado ao termal. Assim, a Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul, reunida em sessão ordinária de vinte e nove de Setembro de dois mil e catorze, delibera: manifestar a sua total solidariedade para com os agricultores de S. Pedro do Sul pela manutenção do atendimento técnico permanente nesta cidade; repudiar a decisão de encerramento dos serviços às segundas, terças, quintas e sextas-feiras durante a semana; apelar para a imediata reabertura dos serviços da ex Zona Agrária, diariamente, com um técnico superior em permanência e secretariado por um funcionário da carreira técnica administrativa. A presente moção deve ser remetida a sua excelência o senhor primeiro-ministro, ministro da Agricultura e do Mar e diretor regional de Agricultura e Pescas do Centro.” O Deputado Municipal Custódio Pinheiro da Rocha (PS) fez a seguinte intervenção: “Eu vou ser muito rápido. Mas queria aqui dizer o seguinte à senhora deputada e ao grupo parlamentar do PSD. Quem gere a agenda política do executivo é o próprio e não a oposição. Durante treze anos do mandato do PSD na Câmara Municipal, pergunto: quantos primeiros-ministros visitaram o concelho de S. Pedro do Sul? Quantos ministros? Neste mandato da Câmara Municipal já estive sua excelência o presidente da República na inauguração do Centro Social de Vila Maior. Foram feitas aqui afirmações contundentes e depreciativas, mas, penso que o grande problema do senhor deputado do PSD é ter a ver com isto mesmo. E por aqui me fico. Queria transmitir aqui ao senhor presidente da União de Freguesias de Carvalhais e Candal que a estrada Coelheira cruzamento do S. Macário – Pena já se encontra com os buracos tapados. Eu na última Assembleia não falei nisso, exatamente, porque sabia que efetivamente não tinha sido feita a retificação, por isso não valia a pena estar a abordar esta situação. Abordo-a hoje para lhe dizer que já fiz essa viagem e já está reparada.” O Deputado Municipal Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) fez a seguinte intervenção: “Vou apresentar um conjunto de seis questões, que foram debatidas em reunião de Assembleia de Freguesia do dia vinte seis de setembro não tendo o executivo de freguesia encontrado resposta para elas. A Junta de Freguesia de Valadares solicita ao executivo a informação sobre os critérios para o corte da iluminação pública efetuado na freguesia de Valadares. Verificam-se situações de corte de iluminação pública junto das habitações, desprotegendo as populações. Defendemos uma verdadeira reorganização da iluminação pública, com um investimento onde não existe (junto das habitações) e um corte onde realmente não é necessária. Mas para isso é necessário um planeamento e um envolvimento conjunto das partes: Câmara Municipal, EDP, Juntas de Freguesia e as populações. Demonstramos desde já o nosso desacordo com todo este processo de corte de iluminação, que está a ser conduzido sem auscultação da Junta de Freguesia, sobre os critérios, os locais, calendarização de intervenção e informação à população. Esperamos que parem com esse processo e que promovam uma reunião para analisarmos em conjunto esta situação o mais rápido possível. Sei que na minha freguesia decorre um processo para a venda da escola do Covelo. Queria saber qual é o critério de seleção para a venda de escolas no concelho, porque, no caso, o Covelo não tinha nenhum acordo comodato. Não sei se há outras com acordo comodato e não são vendidas. E sentimos que a população do Covelo e a Junta de Freguesia de Valadares devem saber destas situações. Queria ainda questionar se a sinalização horizontal vai também decorrer até à freguesia de Valadares. E porque é que questiono? É porque a Câmara Municipal não limpou as bermas das estradas municipais da freguesia de Valadares este ano, exceto em parte da EM227. Andaram lá a limpar, chegou ao



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cimo de Valadares e parou. E isto já vão meses. Eu queria saber se à pintura, no caso a sinalização, se vai acontecer o mesmo. Porque é que durante o ano não se limpam estradas municipais na freguesia de Valadares? E esqueci-me de dizer uma coisa: não foi por falta de ofícios. Não foi por falta de telefonemas. Não foi por falta de chamar à atenção. Não foi por falta de promessas ao presidente da Junta. Eu gostaria de saber porquê. Se tiverem dúvidas, eu tenho toda a honra de vos receber na freguesia de Valadares e ver algumas situações. Não estou a falar dentro das povoações, porque dentro das povoações a freguesia também limpa, com os nossos esforços, com as nossas poucas receitas, mas também limpamos. Estou a dizer fora, onde sempre se limpou. Está em causa a segurança das pessoas. Há sítios em que é complicado passar um carro por outro por causa da vegetação. Ainda bem que tivemos estas condições climatéricas. Porquê? Porque em Junho de 2014, a Junta de Freguesia de Valadares – como sabem na freguesia de Valadares costumam haver estes problemas dos incêndios – recebemos um ofício da Câmara Municipal dizendo para a Junta entrar em contacto com a Câmara Municipal para resolver três situações: um estradão, um ponto de água e a ligação de uma água. Eu entrei em contacto com os serviços da Câmara Municipal e não tinham conhecimento dessa situação e, até hoje, – o período crítico não sei se é até hoje ou amanhã – não foi resolvido. Não foi por falta de eu alertar. Não foi por falta de eu chamar à atenção. Por isso, gostaria também de saber o porquê desta situação. A Junta de Freguesia de Valadares foi notificada: tinha dez dias para limpar um terreno. Só que o terreno não era da Junta de Freguesia, era da Câmara Municipal. E a Câmara também nos informou se nós éramos os gestores. Mas, como esses terrenos, na localidade de Covelo, como estão a vender esses terrenos, nós até questionamos a Câmara se iam vender ou não: era um parque de lazer. Penso eu que não vai ser vendido. Mas a Junta respondeu que a propriedade não é da Junta de Freguesia mas sim da Câmara, não é gestora a Junta de Freguesia. Já passaram semanas e a Câmara também ainda não limpou. Nós tínhamos dez dias, mas a Câmara não tem dez dias ou o Estado não tem dez dias. Numa sexta-feira à tarde recebo um contacto da Câmara Municipal dizendo que o senhor presidente da Câmara mandou informar que o atendimento que se realiza nas Juntas de Freguesia ia terminar. Muito bem. Nós, executivo, temos editais na rua a falar sobre o atendimento na Junta de Freguesia e o Gabinete de Atendimento à Comunidade, onde se insere esse atendimento da Câmara Municipal, e começamos a informar as pessoas que a partir desse dia não havia mais esse atendimento. Numa sexta-feira à tarde recebemos essa informação. Na sexta-feira a seguir, oito dias depois, liga-me novamente a funcionária dizendo: o senhor presidente da Câmara mandou dizer que a partir desta semana vai haver outra vez atendimento. Terminou, acabou e depois começou. Nós, presidentes de Junta, damos a cara diariamente junto das pessoas. Eu não tenho cara, nem sou carteiro, para hoje andar a dizer uma coisa às pessoas, amanhã outra. Prefiro que me chamem, prefiro analisar as questões com quem tem direito para as analisar em conjunto e tomarmos decisões. Porquê que o atendimento tem pouca gente, tem muita gente, o que se pode melhorar, o quê que esse funcionário pode fazer mais nas nossas freguesias, e depois tirarmos conclusões. E a partir daí acaba-se ou continua-se. Mas não gosto de andar a dizer uma coisa e amanhã outra.” O Deputado Municipal José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) fez a seguinte intervenção: “Fui contactado pelos vários moradores da povoação de Aldeia, manifestando o seu desagrado pela venda de um largo público, com cerca de cem metros quadrados, juntamente com o edifício da escola, cantina e



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

restante logradouro. Pergunto ao senhor vice-presidente pela legalidade da venda daquele largo público e o que tenciona fazer para a sua resolução.” O Deputado Municipal António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD) fez a seguinte intervenção: “Várias vezes já pedi a reparação da estrada de Vila Nova e a de Sacados, e passo a citar aquilo que o senhor presidente da Câmara disse então, na ata de 10.02.2014, no livro 19, folha 99:”em relação à estrada de S. Félix a Vila Nova, é claro que a estrada de Vila Nova vai ter que ser revista, principalmente a nível das valetas, que agora as últimas águas afundaram para aí oitenta centímetros. É uma estrada que vai ter que ser reparada a curto prazo e as valetas vão ter que ser feitas.”. Reunião de 30.06.2014, livro 19, página 164, resposta do senhor presidente da Câmara: “quanto às valetas de Vila Nova, concordo e vão ser feitas, é só uma questão de arranjarmos pessoal.”. Como veem, senhores deputados, o senhor presidente da Câmara há um ano que promete e nada. É uma mão cheia de nada. Apesar das promessas, até hoje nada foi feito. E temos aí à porta o inverno. Pergunto: que intervenção a Câmara Municipal irá ter a breve trecho nesta estrada de Sacados e de Vila Nova, amplamente solicitadas pela Junta de Freguesia e pelos populares? A água ao domicílio em Vila Nova até à estrada 228 está pronta há mais de um ano, o depósito está colocado, só falta fazer uma ligação. Pergunto: porquê que as pessoas não podem estar a usufruir da água ao domicílio? Há mais de meio ano fiz uma visita de campo com a senhora vereadora, na qual sinalizei dois idosos que viviam em situações muito difíceis: um por causa de não ter uma estrada de acesso à habitação, situação que pode ser confirmada pelo senhor presidente da Junta de Pinho, porque são os avós da mulher, em que nem uma ambulância lá vai; e estivemos também presentes num idoso em Vila Nova. Caricato da situação: fui há dois dias solicitado pelo comandante do posto da GNR, que, numa operação STOP, esteve com esse idoso que não tinha a carteira e foram a casa dessa pessoa e viram as condições em que esse idoso vivia. E o senhor comandante da GNR ficou extremamente preocupado com as condições deste idoso, na qual me disse que já falou com a senhora vereadora. E eu gostava de saber o que a senhora vereadora já fez para tentar resolver a situação. Chamo a atenção para um pedido, realizado em sede de Assembleia Municipal de 10.02.2014, onde informava que a Junta de Freguesia de S. Félix tinha enviado um ofício para a Câmara Municipal comunicando o desabamento de um talude que suporta a estrada que liga S. Félix a Sul, no cruzamento que corta para Sacados, esse ofício ficou sem resposta. Relembro a mesma reunião de 10.02.2014, com a resposta do senhor presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, que afirmou já ter sido feito um muro no Sobral, em Figueiredo de Alva e que ia ser feito outro grande muro em Amoreira de Sul, um em Mosteirinho e outro em Covelas. Curioso. Como podem ver, a freguesia de S. Félix alertou para um muro na freguesia que pode ter em causa pessoas e bens. E a resposta do senhor presidente da Câmara é que há outros mais prioritários. E qual é o meu espanto, caras e caros deputados, quando, na povoação de Travanca, há um muro que aparentemente é particular, repito, aparentemente é particular, pois o muro não faz suporte à estrada, não houve nenhum alargamento nesse local, o que se sabe é que a Câmara andou a passar pedra de vários sítios para esse muro. Assim, quero saber qual a intervenção da Câmara neste muro; e se é só de material ou se é de material e de mão-de-obra, e o porquê dessa intervenção. Faço um apelo aos senhores deputados para irem ver in loco este muro: é na estrada de Travanca para Mondelos. Assim peço parecer técnico. Peço também deliberação da Câmara, caso haja. E acima de tudo uma explicação da prioridade deste muro.” O Vice-Presidente da



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal Pedro Miguel Mouro Lourenço fez a seguinte intervenção: “Queria fazer um reparo à forma desprestigiante com que me senti tratado pela bancada do PSD. Estou à espera que apareça uma moção para acabar com o cargo de vice-presidente, porque, se de facto o vice-presidente não substitui o presidente, não vale a pena haver o cargo de vice-presidente. Gostei da intervenção do senhor Deputado Luís Teixeira, que é de um político de primeira, que não queria dizer nada e acabou por dizer tudo nas entrelinhas, comparando esse discurso a um outro proferido há um ano no Largo do Calvário e que esteve ao mesmo nível do de agora. Abordou aqui uma série de promessas que nós temos que cumprir ou que nós tentaremos cumprir ao longo deste mandato: o pavilhão multiusos de Santa Cruz da Trapa, que eu falarei mais à frente, e outros. Mas quem tinha que começar por dar a mão à palmatória era o senhor presidente de Junta, e eu passo a explicar porquê. É que, na altura, quando se falava em milhares de investimentos públicos para Santa Cruz – de facto houve algum – não era só este projeto que estava em causa, era também a antiga Junta de Freguesia que está aqui atrás. E o senhor presidente não disse – não sei se propositadamente ou não – que deixou cair esse projeto. Inclusivamente até parece que a Junta já vendeu essas instalações, porque não conseguia, do ponto de vista financeiro, executar as duas obras. E mais. Esse projeto caiu já numa fase final e não deu para ser trocado por outro, isto é, em overbooking já não houve possibilidade de candidatar outro projeto, por exemplo, de Sul, Carvalhais ou Santa Cruz da Trapa eventualmente, porque já foi numa fase final onde não se podia trocar o projeto. Eu dou um exemplo: havia um projeto da paróquia de Sul para a capela de S. Macário, que poderia ter sido submetido e não foi, porque já não foi considerado, não havia financiamento para ele. E Santa Cruz da Trapa tinha aqui dois, deixou cair um, e esse dinheiro vai ser devolvido a Bruxelas. Relativamente à estrada, e mais uma série de coisas que falou, devo dizer que no orçamento para este ano estava apenas o projeto do multiusos, mas nada constava sobre a regeneração urbana. Como devem calcular, o vosso partido – PSD – que está no governo, ainda não aprovou o início das candidaturas ao novo quadro. Estamos em Outubro de 2014, estamos com quase dez meses de atraso. Que culpa tem disso a Câmara Municipal? Não se esqueçam que quem está por trás disto é o governo do PSD/CDS, os quais os senhores estão a suportar. Relativamente à estrada e respondendo um pouco ao senhor presidente da Junta de Freguesia de Valadares, o que aconteceu? Como sabem, esta estrada 227, há uns anos – não sei precisar quantos anos – foi reparada – ou repavimentada – por uma empresa que era a Sopovico, que entrou num processo de insolvência, processo esse que ainda está em curso, havendo uma empresa espanhola que adquiriu, mesmo em processo de insolvência, a Sopovico, e que agora está a tentar solucionar todos os problemas da Sopovico. Nós, quando chegamos à Câmara, havia algumas situações por terminar nesta estrada e que nem foram terminadas pela empresa nem a Câmara executou aqui as garantias que tinha para executar. O que nós fizemos? Chamamos o responsável da tal empresa – que agora é uma nova empresa – e fizemos-lhes um ultimato: demos-lhes trinta dias para eles solucionarem os problemas nesta estrada. Aliás, fizemos isso em várias: fizemos em obras de Serrazes, onde havia situações por culminar e o empreiteiro andou lá menos de um mês a resolver... Mas eram situações que a anterior Câmara podia ter feito. Eu digo com toda a sinceridade: nós vamos ficar com os louros, já recebemos os agradecimentos do senhor presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões pela marcação na estrada, e a outra Câmara podia tê-lo feito e não fez. Mais, devo dizer o seguinte: a



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pergunta que o senhor presidente da Junta de Freguesia de Valadares fez em relação à estrada devia tê-la feito ao anterior executivo. Eu não sei porquê, mas as marcações que estavam previstas chegavam só ao Alto Barro. Nem sequer chegavam a Santa Cruz da Trapa. Não me pergunte porquê, tem que perguntar ao anterior executivo. Nós conseguimos negociar, com esta situação da garantia, que eles estendessem até aqui à entrada de Santa Cruz, porque nem isso estava previsto. Agora, porquê que deixaram Valadares de fora? Não sei. Tem que perguntar à anterior Câmara ou às pessoas que estavam no anterior executivo. Repito, se forem ver o caderno de encargos da obra, nem sequer até Santa Cruz estavam previstas as marcações da estrada. Nós, em face disso, conseguimos uma negociação mais vantajosa, porque não faria qualquer sentido chegar só até ao Alto Barro ou eventualmente até ao cruzamento para Carvalhais e não fazermos o resto, conseguimos negociar com a empresa e eles fizeram mais este bocado. Respondo agora às interpelações da senhora deputada Maria Ester Vargas, começando por me escusar a outras considerações sobre a ausência do senhor presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, mas refiro que o atual executivo é um órgão de quatro pessoas que trabalham em equipa, de modo que todos os assuntos são do conhecimento de todos os edis, reunimos todas as semanas, portanto, qualquer membro do executivo está habilitado a saber responder a qualquer assunto, ao contrário da anterior Câmara que nunca reunia e em que o presidente respondia por tudo porque os outros não sabiam de metade. Quando foram as Festas da Cidade, nós tivemos a honra de ter cá o presidente da Câmara de Villeneuve-le-Roi. Ele próprio, nessa altura, disse-nos que, quando fossem as festas, gostaria de ter lá a presença do senhor presidente. Como já foi explicado pelo senhor presidente da Assembleia Municipal, surgiu ainda a possibilidade de estarem presentes os Grupos de Cantares de Manhouce, que fizeram questão de convidar o senhor presidente da Câmara para ir com eles, sem qualquer custo para a Câmara Municipal – é bom que se diga, esta viagem não teve qualquer custo –, o que fez com que estivesse sujeito aos dias de ida e de regresso, não podendo alterar isso, apesar do esforço que ele fez para tentar alterar a data de regresso. Só não o fez porque efetivamente não conseguiu. Depois falaram no balanço. O balanço será feito a seu tempo e será feito por nós quando nós assim o entendermos, porque é a vinte e um de Outubro que fará um ano de mandato e nós não temos qualquer problema em fazer esse balanço. Aliás, devo já aqui antecipar que iremos fazer uma espécie de “Presidência Aberta” por todas as freguesias. Nós não temos medo de ir às freguesias, aos vossos problemas. Os senhores vão ser contactados, nós vamos às freguesias sem qualquer problema. E aí vamos discutir com as pessoas e explicar a verdade de algumas coisas que foram aqui levantadas. Mas é junto das populações, porque, muitas vezes – eu sei disto –, à informação chega deturpada às populações ou os senhores presidentes de Junta fazem questão de não explicar verdadeiramente como as coisas são, para tentar deixar ficar mal a Câmara Municipal e os senhores presidentes de Junta ficarem sempre bem com a população. Relativamente ao Centro Escolar, quando se vem levantar aqui a situação do som, eu fico perplexo. É sinal que estamos a fazer um bom trabalho. Se uma inauguração teve som ou não teve som... De facto devia ter tido som. Mas nós não estávamos a contar com tanta gente na inauguração. Ainda bem que esteve, esteve muita, muita gente. Aliás, os senhores foram todos convidados, uns estiveram presentes, outros não, alguns não estiveram presentes nem sequer disseram que não vinham, como é habitual não respondem aos nossos convites, nem têm a delicadeza de nos justificar as suas ausências. Mas esteve muita, muita gente e eu reconheço que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o barulho não permitia ouvir em condições as declarações de quem esteve a falar. Agora, digam-me como é que eu resolvia este problema? Nós só temos um sistema de som. Foi isso que nos deixaram e o governo, por não termos fundos disponíveis, não nos autoriza a comprar. Nós, previamente, já tínhamos cedido o som a um espetáculo que estava a decorrer no Lenteiro do Rio, organizado pela Luta Portuguesa Contra o Cancro e os Espíritos Inquietos, assim achamos que era preferível o sistema de som estar nessa atividade e abdicarmos de uma inauguração, porque, para nós, foi mais importante essa atividade do que uma mera inauguração. Agora, relativamente ao senhor ministro, eu gostava de perguntar à senhora deputada Ester Vargas, enquanto deputada, o que é que já fez para resolver o problema da Escola Secundária ou da falta das obras que foram prometidas pelo governo? Quem falhou com as promessas foi o governo. Quem não recebe a Câmara Municipal é o senhor ministro. Quem está em falta é o senhor ministro, que nunca nos recebeu, apesar de nós termos feito dezenas e dezenas de telefonemas, assim como para a senhora ministra da Justiça ou para o senhor secretário das Obras Públicas, que veio aqui à campanha do PSD prometer a resolução do problema da estrada das Termas até Vouzela e nem sequer um telefonema nos atende. Isto é o papel do PSD. O que é que já fizeram para resolver essa situação? Se quiserem efetivamente contribuir para S. Pedro do Sul está nas vossas mãos: ajudem-nos a ir junto do senhor ministro da Educação, ajudem-nos a ir junto do senhor secretário de estado das Obras Públicas, ajudem-nos a ir junto da ministra da Justiça, que nos pede quinhentos mil euros para resolver o problema da cadeia. Mas nós pedimos é a vossa ajuda. Não é só dizer que devíamos ter mandado o convite quinze dias ou três semanas antes, nós mandamos os convites. Se ele estava em Viseu, não lhe tinha custado nada vir a S. Pedro do Sul. Se calhar teve receio em vir a S. Pedro do Sul, porque vinha cá e não conseguia trazer nada no bolso, sobretudo para a Escola Secundária. Aliás, devo-vos dizer que, brevemente, a Câmara Municipal vai enviar para o Ministério da Educação a fatura das rendas da Escola Básica, porque a escola agora é nossa e eles estão lá com os alunos, portanto o Ministério vai ter que pagar a renda à Câmara Municipal. Não pode ser só a Câmara Municipal a suportar os custos todos. Eles também têm que ter alguma responsabilidade. Se não fazem as obras na Escola Secundária, então têm que pagar a renda da utilização da Escola Básica. Mais importante do que a presença é resolverem os problemas. Não resolvem os problemas, não aparecem, não nos atendem o telefone. E gostaria de contar com a vossa ajuda para isso. Relativamente aos produtos dermocosméticos da Termalitur, isto é um produto que efetivamente existe agora. Se quiserem utilizar é só abrir e passar o creme, sobretudo as senhoras. Este existe, existe em 2014. E isto é uma embalagem que existia em 2013. Podia ter sido colado aqui um rótulo e podiam tirar fotografias para promoção e para mostrar no Festival da Água e afins. Este existe, é palpável, existe. Mas se me perguntarem agora: sabonete, existe? E eu vou dizer: não existe. A fórmula está feita, toda a parte técnica está feita, mas ainda não posso dizer que existe, porque ainda não começamos, ainda não temos as embalagens prontas e ainda não começamos a comercializar. Mas vamos ter. Vamos ter sabonete, creme de barbear e afins. Mais, se existia em 2013, digam-me: no balanço da Termalitur em 2013, sobretudo nos documentos prestacionais da empresa, onde é que estava no ativo os produtos? Isto é, na contabilidade da empresa, onde é que estavam os produtos? Das duas uma: se existiam tinham que estar no balanço da empresa, se venderam alguma coisa tinham que aparecer as vendas nas contas da Termalitur. Se não havia uma coisa nem outra, é porque efetivamente não estavam. Obviamente que há aqui um trabalho



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que vem de trás, sobretudo na valorização das técnicas e dos técnicos que estiveram por trás de todo o processo da dermocosmética. Esse processo vem de trás, a fase da candidatura vem de trás, isso nunca foi posto em causa. Agora, naquela altura, há um ano atrás termos isto? Não tínhamos. Em resposta à intervenção do Deputado Ferreira Gomes informo que a Barragem Hidroelétrica de Drizes tem sido uma preocupação do executivo, tendo já ocorrido várias reuniões com os responsáveis da EDP, pois trata-se de um espaço dos mais antigos do género no país e que, atualmente, não tem produção nem se prevê vir a ter produção energética. O que nós propusemos foi que: ou que existisse uma cedência à Câmara Municipal ou que se mantivesse a propriedade na posse da EDP ou outra qualquer forma que se encontrasse, para que ali fosse instalado um projeto educativo ou científico ou até museológico para que, mais tarde, quando tivermos a ciclovia e outros espaços, os nossos aquistas e os sampedrenses e quem quiser, ali pudessem acorrer e visitar aquele espaço, porque a maioria das pessoas de S. Pedro do Sul não conhece e, se está fechado e não há produção energética, tem que lhe ser dada uma utilidade. Como sabem, a EDP está a viver um processo de mudanças e isto pode fazer com que o processo demore bastante tempo, porque, da parte deles, também não têm concretamente nada definido do que querem fazer ali. Estão a fazer lá pequenas obras, mas tem a ver sobretudo com o telhado, porque chovia lá dentro. São apenas pequenas obras de beneficiação. E a nossa proposta foi essa e vamos estar a acompanhar o processo e a tentar pressioná-los para que, no futuro, o que se venha a fazer ali seja isso. Quanto à questão do senhor deputado municipal Mário Almeida sobre o pavilhão multiusos de Santa Cruz da Trapa, o projeto está aprovado. Se tivesse havido, no executivo anterior, essa vontade, ele já estaria executado, porque tinha havido financiamento para ele. Mas, como eu disse no início, o novo quadro comunitário ainda não abriu, portanto não podemos fazer nada. O projeto está pronto. Se abrir e houver uma fileira para isso, será um dos primeiros projetos do concelho a ser candidatado ao próximo quadro. Se o próximo quadro que aí vem não permitir candidaturas nessa área, a Câmara Municipal, com orçamento próprio, terá que o fazer, mas demorará mais tempo. Mas o ponto de situação é este: o projeto está pronto, se amanhã abrissem as candidaturas podia ser candidatado, temos que esperar o próximo quadro. Vamos aguardar, mas não está esquecido. Relativamente à questão levantada pelo deputado municipal André Matias, que se prendeu com a denúncia da DGF. A Câmara foi notificada por causa dessa denúncia sendo que o processo tem a ver com as Festas da Cidade do ano passado, nomeadamente o Festival da Lusofonia, com o Festival da Água e com a atividade Jardins Efémeros promovida pela Câmara Municipal de Viseu. Nós demos as nossas respostas. Em termos de procedimento concursal, por parte da ADDLP, o procedimento foi correto em termos da contratação. Agora, não posso adiantar muito mais do que isto, porque não teve a ver com o nosso executivo e o que está em causa é se as atividades de todos estes eventos foram efetivamente realizadas. Isto é, se aquilo que estava consagrado e contratado foi efetivamente realizado. Eu presumo que sim e, até prova em contrário, nós temos que considerar que as coisas foram feitas de boa fé. Agora, não sei se na Lusofonia tudo o que estava previsto foi feito, se nos Jardins Efémeros – que é da Câmara de Viseu – se foi tudo feito, o Festival da Água também, mas o Festival da Água, para esta atividade, recebeu apenas dez mil euros. A Câmara Municipal respondeu aquilo que sabia, porque, da Lusofonia, que decorreu durante as Festas da Cidade, lembrem-se que esteve cá a Sara Tavares, por exemplo, nenhuma das despesas foi paga pela Câmara Municipal, a não ser os direitos de autor. Agora, se as atividades foram



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todas realizadas em concreto ou não... Penso que quem pagou e o próprio financiamento era da ADDLAP, que era a entidade executora da candidatura e a Câmara Municipal teve que realizar, ou foi parceira na realização dessas mesmas atividades. E, se não estou enganado, a ADDLAP na altura não tinha dinheiro para pagar e depois pedir o reembolso, e a Termalstur emprestou dez mil euros e penso que o Centro Social de Carvalhais – não sei se é esse o valor – emprestou quarenta mil euros para a atividade – se não foi esse o valor foi próximo – e é o que eu sei sobre isso. Demos as nossas respostas e vamos ver como é que as coisas vão evoluindo. Em resposta às questões deixadas pela deputada municipal Mónica Almeida, confirmo que o orçamento participativo foi uma proposta apresentada pelo PS no decurso do mandato anterior, aprovado, se bem me lembro, por unanimidade. O seu regulamento está elaborado e aprovado não se tendo ainda concretizado porque em primeiro lugar só foi aprovado em Outubro e temos os timings a decorrer. Mas a principal razão foi essa, e voltamos à velha questão: não temos fundos disponíveis. Se fôssemos fazer um orçamento participativo em que ganhasse uma pessoa que dizia: quero construir uma pequena praia fluvial em Santa Cruz da Trapa ou aqui próximo, como é que nós depois concretizávamos, como é que nós íamos autorizar essa obra se não temos fundos disponíveis? Agora, devo dizer que, em princípio, em 2015, vamos arrancar com o orçamento participativo, tendo fundos disponíveis para isso. E, se calhar, como no regulamento não ficou previsto um valor teto para que as pessoas se possam candidatar, em termos de ideias e em termos de custo financeiro, vamos balizar o valor até onde as pessoas se podem candidatar, para um valor mais baixo, não direi simbólico, mas mais baixo. Mas, efetivamente, vamos avançar com o orçamento participativo, porque é importante para agregar e para que toda a gente possa ter alguma participação cívica ou participação política em algumas coisas que se possam realizar no concelho. Por isso, a partir de Janeiro vamos avançar com o orçamento participativo. Sobre a moção relativa ao orçamento participativo, não vejo inconveniente em que seja aprovada, se assim o entenderem, inclusive porque acho que o texto explanado já consta do regulamento do orçamento participativo que está aprovado. Quanto à segunda moção apresentada, em primeiro lugar, não é só a Rua Direita ou a zona da Rua Direita que é importante valorizar em termos comerciais, também Santa Cruz da Trapa e também o resto da cidade... Nos últimos tempos assistimos sempre a uma discussão muito grande acerca do comércio da Rua Direita, etc, etc. De facto, é verdade. Mas, mais importante até do que a zona histórica, é preciso promover o comércio como um todo. E é isso que nós vamos tentando fazer. Todos os exemplos práticos que deu para a valorização dos espaços, estamos sempre recetivos. Mas devo-lhe dizer que já fomos fazendo algumas: trouxemos a reuniões possíveis investidores; chamamos todos os comerciantes; fizemos reuniões com plataformas digitais para tentar atrair os próprios comerciantes; fazemos agora, com muito sucesso, os chamados circuitos urbanos, em que trazemos duas vezes por semana os aquistas das Termas à zona histórica e deixamo-los circular por aquela zona e a fazerem compras na Rua Direita e suas envolventes; estão certamente recordados do evento Musidanças, que trouxe um pouco mais de vida aquele espaço, que teve uma adesão fantástica e cujos comerciantes colaboraram imenso e abriram as lojas à noite e outros espaços que estavam fechados foram ocupados por outros comerciantes do concelho e de fora, é uma ação que nós queremos valorizar no futuro. A questão da discussão pública, eu concordo. Mas não se esqueçam que, quando foi aprovada a regeneração urbana no mandato anterior, o anterior executivo, e bem, promoveu essa discussão pública. E eu devo dizer



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

– lembro-me perfeitamente – que, quando foram feitas essas sessões de discussão pública, praticamente ninguém apareceu. Fazer esse tipo de ações e depois as pessoas não aparecerem, e depois virem contestar, como aconteceu hoje, depois da obra estar feita e após na memória descritiva da obra estar definido, por exemplo, que a Rua Direita não ia ter trânsito, se foi promovida a discussão pública e se as pessoas não se manifestaram, vêm agora colocar-nos a culpa, depois da obra estar feita e de não haver trânsito? E também não podemos usar como bode expiatório o facto de não haver trânsito para o comércio estar em baixo. Isto faz parte da conjuntura e de um conjunto de fatores. Se calhar, o facto da empresa Guedes ter saído de lá contribuiu mais do que o facto de não haver trânsito. Nós estamos cá para ajudar e colaborar. Mas têm que ser os próprios comerciantes a arranjar alternativas e formas de dar a volta à questão, promovendo, dinamizando... Algumas pessoas que, de certa forma, criticaram todo este processo da regeneração urbana e o facto de não haver trânsito, quando foi feito o festival Musidanças, salvo algumas exceções, tinham as lojas fechadas. Estamos a promover e a dinamizar e depois essas pessoas são as primeiras a terem as lojas fechadas? Se calhar não precisam de ganhar mais dinheiro ou de estimular a sua própria atividade. Não tenho qualquer problema em que seja aprovada esta moção. Agora, mais importante do que isto é a ação concreta. Nós temos aqui vários exemplos de ação concreta e estamos abertos a outras, com a adesão das pessoas e com estas a fazerem o seu próprio caminho e a darem o seu próprio contributo. No que foi abordado pelo deputado municipal António Lopes Ribeiro, a explicação é praticamente a mesma. Também não vejo inconveniente algum. É um processo que tem a ver diretamente com o Ministério da Agricultura e estou de acordo com tudo o que possamos fazer para “pressionarmos”. Agora, apenas uma questão e muito pertinente, que espero não me leve a mal: esta moção faria mais sentido se viesse com o abaixo-assinado dos agricultores. Repare. Quem está a propor a moção é o senhor que, além de deputado, e com o devido respeito, é funcionário do Ministério da Agricultura, diz-me que os agricultores – e eu acredito – não estão a ser bem acompanhados ou bem atendidos, mas onde é que está aqui o exemplo de um? Eu não tenho qualquer problema em que a moção seja aprovada, mas acho que trazia muito mais substância à mesma se trouxesse a palavra dos agricultores, porque os agricultores é que são verdadeiramente o centro da questão. E não vamos estar a usar aqui os nomes dos agricultores sem vir aqui, pelo menos, a assinatura de uns vinte ou trinta. Isto é a minha opinião, mas não tenho qualquer problema em que seja aprovada. Depois, mais importante que as moções, é a parte prática: é ajudá-los no dia-a-dia, é promovendo, é dinamizando e o Festival do Feijão é disso exemplo. O Dr. Mário, não sei se esteve presente ou não, tentou aqui uma alusão ao feijão, que parecia que estava a desvalorizar o evento, mas esteve muita gente, foram vendidos mais de quinhentos quilos de feijão do produtor, não sei quantas centenas de refeições e isto é que é dinamizar os agricultores, porque, se calhar, alguns são pequenos produtores e tinham feijão em casa que nunca iam vender. As questões práticas são mais importantes, porque a moção, aos agricultores, não diz nada. Os agricultores querem é ação concreta. Em relação à questão sobre a rede rodoviária, como sabe deputado Custódio Rocha, o inverno passado foi muito rigoroso, de modo que, de acordo com uma criteriosa gestão dos materiais em stock na autarquia, e à medida que as Juntas de Freguesia vão solicitando, a Câmara Municipal vai diligenciando o arranjo dos buracos maiores das estradas. Ao Presidente da Junta de Valadares e relativamente à iluminação pública, queria dizer o seguinte, que vale para vários presidentes de Junta. No início do nosso



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mandato fizemos uma reunião na Câmara Municipal em que foram abordados vários assuntos e essa reunião foi comigo. Um dos aspetos que eu referi foi: atenção, que nós vamos ter que desligar alguma iluminação pública no concelho; peço a colaboração de todos os presidentes de Junta para, em conjunto com um funcionário da Câmara Municipal, fazer essa articulação. Alguns dos senhores presidentes de Junta comunicaram-nos quais os pontos onde poderíamos desligar, sem causar efeitos diretos nas populações. Outros não nos comunicaram porque pensaram: eu não vou fazer isso porque vou ficar mal com as populações, portanto deixa correr que eles não vão fazer nada. Foi essa a atitude, penso eu. Agora, nós fomos para o terreno. E fomos para o terreno sobretudo por culpa do PSD. Foram os senhores que aprovaram o PAEL. Está lá, no ponto a seguir, a questão da iluminação pública. Esqueceram-se desse ponto? Está lá que a Câmara não está a cumprir. Mais, eu não tolero que o senhor presidente de Junta vá dar ordens, ou que vá dizer à empresa que trabalha com a EDP para ligar este ou aquele poste sem o conhecimento da Câmara Municipal. É a Câmara Municipal que paga a fatura. Se quiserem pagar a fatura da iluminação pública, tudo bem. Agora, eu não tolero que, à revelia da Câmara Municipal, seja dada essa ordem para ligar ou desligar. E mais, estamos a fazer o levantamento e vai haver fiscalização brusca de ligações ilegais. E estou a alertar já. Espero que nenhum dos senhores presidentes de Junta seja conivente com isso, porque vai haver fiscalização apertada sobre essas situações. Há ligações ilegais em várias freguesias. Sejam em situações privadas, que os senhores não têm nada a ver, sejam em situações públicas. Portanto estamos a alertar para isso. Nós temos mais de dez mil lâmpadas de iluminação pública, se cortarmos quinhentas a segurança das pessoas não está em causa. Mais, havia esta possibilidade ou uma outra possibilidade que seria desligarmos a luz durante a noite. Foram equacionadas as duas soluções. Aliás, Vouzela e Santa Comba Dão estão a fazê-lo. Nós achamos que, a bem da segurança das pessoas, era preferível não desligarmos em lado nenhum durante a noite, mas fizemos um levantamento em todo o concelho daquelas situações em que não seja diretamente no meio das populações que possam ser desligadas. Acredito, e dou de barato, que possam haver aqui algumas situações injustas, mas estamos cá para as corrigir. Agora, não me peçam para alterar o sistema, porque não vamos alterar. Não vou dar aqui o nome das localidades, mas vou dar alguns exemplos: havia uma aldeia que tinha trinta lâmpadas de iluminação pública ligadas no meio do pinhal, sendo que nos informaram que a baixada tinha sido pedida porque as senhoras da aldeia costumam fazer caminhadas à noite e não gostam de caminhar sem iluminação pública. Tudo bem, mas não vivemos num tempo em que possamos facilitar com isso. Agora multipliquem isto por dezenas e dezenas de situações semelhantes no concelho. Há casos, no concelho, de postes de iluminação pública que têm uma lâmpada virada para a rua e outra virada para uma casa. Achem isso tolerável? Isto foi a bandalheira total. Por isso é que, agora, a fatura da EDP tem disparado. É por causa disso que o PAEL está em cima de nós. Valadares, concretamente, é a terceira freguesia do concelho com mais gasto em energia elétrica para nós. Pergunto: será a terceira maior em área geográfica ou em população? Não é. Não estou a desvalorizar a situação de Valadares, porque isto vai ser feito em todo o concelho. Agora, estamos cá para trabalhar em conjunto e acho que podemos articular com as pessoas. Acredito que possam haver situações injustas, alertem-nos para elas. Mas são situações pontuais e o processo não vai parar. Outro aspeto, sempre que não concordem com estas situações, a Câmara está de porta aberta. Podem vir e dizer-nos que não concordam. Se não concordam têm a



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara para vir e reclamar, agora, descarregar nos funcionários da EDP ou nos funcionários da Câmara, que apenas estão a executar um trabalho, que não têm culpa nenhuma, não faz qualquer sentido e perdem a razão por isso. O processo não vai parar e vamos tentar não desligar no meio das populações e em nome da segurança, porque, se calhar, era muito pior desligar das duas horas da manhã às cinco da manhã. Mas não faz sentido iluminar caminhos agrícolas, caminhos florestais terem a iluminação ligada toda a noite. Quanto à escola do Covelo todo o processo foi aprovado através do PAEL e pelo PSD, no que respeita à venda de imóveis e de outros ativos da Câmara Municipal. Em termos das escolas, estamos a fazer um levantamento de todas e a vender umas, mas outras não, privilegiando a venda daquelas que não têm contrato comodato com associações. Ainda na última reunião, só para dar um exemplo, vamos vender uma que tinha um contrato comodato e vejam bem o que fizeram: a anterior Câmara fez um contrato comodato com uma associação por vinte anos. E, agora, apareceu uma pessoa a querer comprar essa escola para lá instalar uma pequena unidade de alojamento local, ainda por cima na serra. Agora, expliquem: onde está essa escola está ao lado o antigo edifício da Junta de Freguesia sem nada, essa associação tinha um contrato comodato de vinte anos e ainda por cima aparece um investidor a querer fazer três ou quatro quartos para alojamento local. Mas nós estamos a privilegiar aquelas que não têm contrato comodato com nenhuma associação e que, eventualmente, possam ter interessados em as adquirir. Temos outras com mato à volta. E temos outras que as pessoas nem sabiam que essas escolas existiam, como é exemplo Carregal de Manhouce. E, aqui, respondendo também ao senhor presidente da Junta de Freguesia de Sul, a questão da escola de Aldeia que referiu eu desconheço. A escola foi vendida. Em termos de área eu desconheço, mas posso analisar. Agora, em termos de registo, tenho a certeza que o registo está em nome da Câmara Municipal. Se o espaço público é da comunidade, vou aferir, mas se o registo está em nome da Câmara Municipal... É como a escola de Nespereira Alta, que foi dada por uma família para aquele efeito. A família veio contestar juridicamente, porque diz que, se a escola fechou, devia reverter para a família. Mas, quer dizer, a escola está registada em nome da Câmara Municipal, a escola é da Câmara Municipal. Mas estamos a avaliar e eu vou avaliar a questão de Aldeia de Sul. No caso das limpezas das bermas das estradas, não está esquecido, mas não é apenas Valadares que falta limpar. O inverno foi muito rigoroso e este clima incerto faz com que nós limpemos num sítio e, passados quinze dias, já o mato voltou a crescer. Não estamos a colocar herbicida, como é evidente, por isso não tem sido fácil. Só temos um trator a fazer esse tipo de serviço, avaria constantemente, mesmo assim nós estamos a tentar dar a volta. Sei que em Valadares já foi feita uma parte, vamos voltar lá. Muitas vezes paramos em algum sítio, porque muitos dos senhores presidentes de Junta ou comissões de festas ou associações, neste verão, nos tem solicitado o serviço, porque vai haver uma procissão e convém ir lá limpar, nós paramos e vamos acudir aquele sítio; porque há uma festa e nos pedem para ir lá, nós estamos a privilegiar os sítios onde têm havido festas, sempre para limpar os recintos, para limpar os sítios onde vão passar as procissões, o que faz com que pare em algum sítio. Neste momento, esse trator e esse serviço anda em Covas do Rio, Pena, Deilão, Fragozelas... E sabem o que a população lá diz? Nunca lá tinha ido. Nunca. Nem neste mandato nem nos anteriores. É tão importante para nós uma pessoa de Deilão – com o devido respeito – como uma pessoa de Valadares. E certamente que a Valadares o trator já foi mais vezes do que a Deilão ou Fragozelas. Mais, tivemos que privilegiar a serra neste período, porque não é só dizer que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

queremos os turistas a ir para a serra depois da serra estar toda cheia de mato. O trator andou uma série de dias na estrada da Pena porque os carros dos turistas ficavam todos riscados com o mato e isso nunca foi salvaguardado. Agora, estando resolvida a questão da serra, Valadares e outras onde nunca tínhamos ido, por exemplo, temos pedidos para o Sobral, temos pedidos para uma série de localidades, também vamos lá. Outra questão, e para que no próximo ano possa correr melhor, ou nós, ou em acordo com alguma Junta de Freguesia, por exemplo, a Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul, vemos a necessidade de adquirir outro trator com aquele equipamento, porque só com um é impossível acorrermos a trezentos e cinquenta quilómetros quadrados. Portanto, vamos ter que adquirir um para o ano. Vamos ter que adquirir uma motoniveladora, porque alguns também andaram por aí a dizer... aliás, um senhor vereador, na última reunião de Câmara, alertou que um senhor presidente de Junta tinha ido ter com ele a dizer que a motoniveladora só tinha andado em Vila Maior, o que é falso, que eu saiba a motoniveladora já andou em quatro ou cinco freguesias, mas o que se passa é que a motoniveladora está mais tempo avariada do que a trabalhar. E todas as situações são complicadas para nós. Temos neste momento acessos, aqui na freguesia de Santa Cruz da Trapa, por exemplo Outeiro dos Lobos, onde vai a carrinha buscar as crianças todos os dias e os nossos funcionários estão sempre a nos alertar para a falta de condições em lá chegar com as carrinhas e nós temos que acudir ainda esta semana e temos a motoniveladora avariada. Portanto, em face todos estes constrangimentos, nós temos que ir tentando solucionar e estamos a equacionar comprar uma motoniveladora, porque, com a que nós temos, já foram gastos em reparações durante este ano mais de dez mil euros e passa mais de metade do tempo avariada. Em relação à questão que se prende com o atendimento nas Juntas de Freguesia, é uma promessa eleitoral deslocar e ter um funcionário da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia, que decorre de um processo global e que tem a ver com a modernização administrativa. Informo em primeira mão a existência de uma negociação com a AMA (Agência Para a Modernização Administrativa) para a instalação no concelho de três lojas do cidadão: uma no espaço da Câmara Municipal, uma em Santa Cruz da Trapa e outra nas Termas. Estas diligências servem, não apenas para os serviços municipais, mas igualmente para possuir o acesso aos serviços gerais da administração pública. Tínhamos naquela semana negociações com os diretores da AMA e resolvemos, porque havia – e nem todas as freguesias são iguais – por parte de algumas Juntas de Freguesia abordagens no sentido de dizer que o funcionário da Câmara Municipal que se deslocava lá estava lá o dia inteiro e ninguém aparecia, em face disto e pelo facto – o que eu vou dizer é ridículo, mas é verdade – de termos escassez de viaturas – não temos viaturas para sequer mandar o funcionário, porque ele anda todos os dias, vai de manhã a uma freguesia e à tarde a outra, e não há um carro só para ele – e porque não sabíamos o que ia dar a reunião com o AMA, decidimos parar ali, obviamente também como forma de pressão, até aferirmos melhor o serviço. Após a reunião e em face do que decidimos, resolvemos retomar o serviço, porque, entretanto, recebemos e bem as reclamações de outras freguesias a dizer que tinham lá as pessoas à espera e o serviço é válido. Acredito que tudo tenha acontecido um pouco em cima da hora e peço desculpa por isso, mas nós avaliamos durante a semana se valia a pena ou não, avaliamos freguesia a freguesia com o próprio funcionário, avaliamos toda a situação e retomamos o serviço. Queremos alargar o tipo de serviço que é feito a outro tipo de situações e dou um exemplo concreto: em Santa Cruz da Trapa, no 1º ciclo, os pais dos alunos para pagarem as



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

refeições ou os prolongamentos iam levar as crianças à escola e entregavam o dinheiro à funcionária da Câmara Municipal que lá estava e essa funcionária, depois do horário de serviço, vinha com o dinheiro no bolso entregá-lo à Câmara no final da semana. Aconteceram situações de terem perdido o dinheiro e, quer dizer, estávamos a responsabilizar pessoas por coisas que nem eram da sua competência, que fora do horário de serviço ainda tinham que vir à Câmara entregar o dinheiro. Isto é um exemplo de um serviço que nós estamos a tentar avaliar, de forma que o funcionário que vai às Juntas de Freguesia possa também fazer isso. Nós estamos a avaliar isso tudo e estamos a tentar afinar todas essas situações. Em resposta ao presidente da Junta de Freguesia de S. Félix, que colocou uma questão relacionada com as declarações proferidas pelo presidente da Câmara Municipal, nós fazemos quando podemos e não quando o senhor pressiona. Se amanhã ou, no limite, quarta-feira o senhor for a Vila Nova, constatará que os trabalhadores andaram lá. E não é por ter havido a Assembleia, é por planeamento. Se o nosso presidente disse que iríamos fazer esse trabalho é porque o vamos fazer. Mas nós temos que ver as prioridades, temos que ver onde temos o pessoal e como os vamos deslocar, de forma a que não andem para cima e para baixo. E devo dizer que, esta semana, as valetas de Vila Nova começarão a ser arranjadas e apelo à sua “fiscalização”, porque também é uma das funções da Junta de Freguesia. Em relação a Sacados, trata-se de um processo que está a ser examinado diretamente com o senhor presidente, foi uma obra iniciada num período anterior ao inverno e que ainda está a ser pago, sendo que todos esses procedimentos - abertura de estradas e deixá-las com águas e saneamentos e não as pavimentar imediatamente – causam problemas e esses problemas são mais sentidos pelas Juntas de Freguesia, porque estão mais próximas das pessoas. É uma situação que nós, no momento, não temos meios para a executar, assim que for possível tentaremos. No que toca ao talude de Sacados, a Câmara Municipal tem uma listagem de vinte ou trinta muros que foram caindo ou que estavam desabados, estando as obras para os levantar a ser executadas uma a uma, sendo que o talude de Sacados está na lista e vai ser executado. Sobre o muro de Travanca, as coisas não se podem dizer por meias verdades. Se acham que é privado, denunciem, se não acham, não digam nada. Agora, dizerem as coisas a meio... têm que concretizar. Efetivamente, esse assunto foi abordado na última reunião de câmara. O muro dá suporte a uma estrada que em tempos foi arranjada pela Câmara Municipal. Os nossos técnicos e, até prova em contrário, nós temos que acreditar nos nossos técnicos, dizem que essa intervenção na estrada, com o decorrer do tempo, águas e mais, foi um dos motivos que provocou o desabamento do muro. Nós baseamo-nos em pareceres técnicos, os técnicos foram lá e eu não ponho aqui em causa a competência dos técnicos da Câmara Municipal. Como nós também achamos que não devia ser só responsabilidade da Câmara Municipal, dissemos que a única coisa que podíamos fazer, tendo pedra em stock a mais, poderíamos ceder a pedra, mas não faríamos a obra em termos de execução e em termos de recursos humanos. Nós só cedemos pedra para lá e mais nada da nossa responsabilidade, isto só porque os nossos técnicos disseram haver alguma responsabilidade da Câmara Municipal pelo facto de ter havido uma intervenção com consequências naquela estrada. Há muitas situações destas, em que, se são muros que estão em local privado, mas estão para junto do domínio público e se há ali alguma ligação em termos de estrada e infraestrutura, se o muro começa a deslizar... Mas foi um acordo que nós fizemos para tentar minimizar os custos ao proprietário e, sobretudo, para que a situação ficasse resolvida. E sei que o empreiteiro que está lá, à responsabilidade dos proprietários, tem



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

demorado muito tempo, obstruindo o acesso e nós estamos cá para solucionar o problema. Relativamente ao reservatório de água em Vila Nova, o depósito da água foi lá colocado há pouco tempo e está pronta a sua ligação, contudo, após um levantamento e inspeção da ERSAR, a Câmara Municipal foi alertada para o incumprimento das regras de segurança na infraestrutura de alguns depósitos, porque em qualquer um desses depósitos pode ir uma pessoa lá dentro e contaminar a água, uma vez que não têm qualquer vedação. E depois de quem é a responsabilidade? E nós, rapidamente, fizemos um levantamento destes novos que estamos a introduzir, concretamente Vila Nova e Maçarocas, para criar uma cerca, uma vedação que impeça qualquer pessoa de lá ir. E isto é que está a fazer com que o processo atrase, mas a sua resolução será para breve. Só tivemos que fazer aqui um compasso de espera, porque nos alertaram para essa situação. Que eu saiba, aqui nunca aconteceu nada, mas, pelos vistos, noutros concelhos, tem acontecido haver contaminações e vandalismo da própria água, e nós, numa questão de salvaguarda, estamos a tentar minimizar isso. Mas é apenas por essa razão.” A Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho fez a seguinte intervenção: “Em relação ao Centro Escolar, o Ministro da Educação e o Secretário de Estado foram realmente convidados. Eu, sinceramente, nem pensei que eles me respondessem, porque, tanto eu como o diretor do Agrupamento de Escolas de S. Pedro do Sul, solicitamos várias vezes audiências para falarmos da questão da Escola Secundária e não obtivemos qualquer resposta: nem a dizer se podiam se não podiam, se é para marcar se não é para marcar, quando é que nos atendem... Por isso, sinceramente, fiz o convite, mas não estava à espera de qualquer resposta. E fiquei muito admirada quando obtive e ainda para mais dizendo que não poderiam estar, quando, passado um dia deles me terem respondido, que eles até iam estar no distrito, durante a manhã, numa inauguração também de um Centro Escolar. Relativamente ao som eu assumo integralmente a culpa. O som, realmente, foi previsto pelo senhor presidente de Câmara. Eu, na altura, não tratei deste aspeto, porque eu já me tinha comprometido com os Espíritos Inquietos e com a Liga Portuguesa Contra o Cancro com o som para esse fim-de-semana. E, como eu já me tinha comprometido e ele já estava instalado e preparado para começar a funcionar na sexta-feira, eu não quis ir retirar o som – só temos um sistema como foi aqui dito – e, digamos, deixar na mão as duas entidades que o tinham solicitado. Gostava de referir a grande quantidade de público presente na inauguração. É um espaço magnífico, bem dimensionado às necessidades do concelho e das crianças, adequado às realidades do que hoje se pretende de uma escola e felicito publicamente o executivo anterior por ter iniciado o projeto. Existem algumas especificidades a melhorar na escola, sobretudo ao nível dos espaços cobertos, porque são muitas crianças (perto de trezentas e cinquenta) e, em dias de chuva, com as crianças todas abrigadas num espaço fechado, elas não vão estar em silêncio e o barulho vai ser ligeiramente ensurdecedor, fenómeno que já se passa atualmente no Pólo de Carvalhais, o que provavelmente levará a que se instalem cobertos nos polidesportivos ao ar livre, de forma a tentar solucionar o problema. Para nós conseguirmos abrir o Centro Escolar este ano, dentro do prazo estipulado – acho até que foi o único dos lançados a quando o nosso – foi uma grande correria. Aliás, ainda em Julho, quando me perguntavam, eu não tinha a certeza absoluta, porque também não depende só de nós, Câmara, depende também de técnicos exteriores à câmara que têm que fazer vistorias e, para dizer a verdade, acho que está tudo um bocadinho exausto: técnicos, executivo... porque foram semanas muito complicadas. Há falhas, nós não somos perfeitos, isto foi um processo muito



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

rápido e agora estamos num período de nos reunirmos, porque a gestão daquele espaço é em parceria com o Agrupamento de Escola. Ou seja, eu reúno todas as sextas-feiras, exceto se acontecer algum imprevisto e reunimos antes, com o coordenador do estabelecimento, o professor Coutinho, e com o diretor do Agrupamento, o professor José Manuel, para vermos o que se passou durante a semana, o que é preciso afinar... E estamos nesta fase. Eu peço desculpas por algumas falhas, porque elas vão ocorrer. E isto vai levar o seu tempo, porque nunca tivemos um espaço assim em S. Pedro do Sul, ou seja, nem crianças, nem professores, nem auxiliares, nem diretores de agrupamentos, nunca estivemos nesta realidade, por isso vai levar o seu tempo para nos adaptarmos e gerirmos tudo da melhor forma. E, por isso, peço paciência; o diretor também já o pediu numa reunião que realizou com os pais. E sugestões, agradecemos sempre sugestões, porque nós não somos donos da verdade e, às vezes, quem está de fora vê melhor do que quem está propriamente dentro do processo. Em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix, devido ao problema do isolamento de dois idosos da freguesia, entendo a preocupação com a estrada de acesso à habitação. Estamos novamente a falar de fundos disponíveis e de termos verbas para fazermos aquela estrutura. Não está esquecido, de maneira nenhuma, só que, como deve compreender, o nosso concelho tem várias estradas com necessidades e, depois, há uma escala de prioridades. Vamos ver se vamos conseguir. Relativamente ao caso do outro idoso informo ter sido abordada para o assunto pela GNR. Este assunto já está com a técnica de ação social e eu até pedi para ela fazer um telefonema ao presidente de Junta para depois a acompanhar ao terreno. Mas eu vou averiguar em que parte do processo estamos, se ela já foi efetivamente ao terreno e, depois, transmito a fase em que o processo está.” O Vice – Presidente Pedro Miguel Mouro Lourenço informou ainda que, na questão relacionada com a iluminação pública, em 2013, a autarquia gastou novecentos mil euros com a fatura da eletricidade, acrescentando que dava para fazer mais de novecentos metros e, portanto, que é preciso começar a cortar alguma coisa para depois haver disponibilidade para outras coisas. Terminadas as intervenções o Presidente da Assembleia Municipal passou a colocar à votação as três moções apresentadas, tendo sido todas aprovadas. O Deputado Municipal António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD) fez a seguinte intervenção: “Acho que, com todo o respeito que tenho pelo feijão e pelo evento em si, acho que lhe provocou alguma azia. Desculpe eu dizer isto, mas o senhor está mesmo mal disposto. De repente até pensei que estivesse na escola primária, porque o senhor está a repreender toda a gente: repreende a bancada do PSD e, em conversas paralelas, repreende toda a gente, está sempre a repreender. Mas não repreende a bancada do PS. Portanto, acho que não devíamos estar com estas coisas. Eu disse que queria ser anfitrião, porque não queria mesmo dizer coisas que já se passaram ao longo de um ano de mandato deste executivo da Câmara Municipal com a Junta de Freguesia. Tenho tristes e muito tristes coisas que se passaram. E, então, na inauguração da gaiola, porque houve um senhor que está no executivo da Câmara Municipal – eu digo-lhe de caras a ele, não vou dizer aqui o nome – houve um senhor que disse: vamos lá cima, temos que ir à inauguração da gaiola. Mas esse senhor acho que ainda não esteve aqui nenhuma vez, infelizmente. E o senhor também foi convidado. E, se cá tivesse vindo, via que nós agradecemos à ADRIMAG, agradecemos aos técnicos da Câmara que fizeram um pequeno esboço no início e depois foi com muita urgência que se fez essa planta. Mas, a partir daí, eu ia buscar o senhor arquiteto Marta a



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

S. Pedro do Sul, porque não tinha carro para vir para cima, ia ele e o José João. O José João ia fazer os autos de medição. A maior parte das alterações eu falava ao arquiteto Marta e eram postas no papel. Mas eram ideias nossas, não vou tirar o mérito aqueles dois homens, aliás, o Luís também, eram três homens da Câmara Municipal que ajudaram. Já que estamos a falar aqui da Casa, foi pedido apoio para a biblioteca. Só agora, na semana passada, é que me vieram dizer: olha o homem vai lá para a biblioteca. E o apoio era para a organização dos livros, de todo o espólio que foi dado à biblioteca. E também o saneamento. O senhor presidente disse que me fazia o saneamento e fico triste, porque o senhor presidente vem a Santa Cruz acompanhado dos senhores vereadores e, ou se junta com as pessoas que o acompanharam nas listas para a Câmara e para a Junta de Freguesia para verem as obras, ou então dá recados: eu não faço o saneamento porque não temos terrenos. E eu estou farto de dizer ao senhor presidente da Câmara que temos um terreno para este ramal todo de Burgueta e Vendas, que até da responsabilidade da Câmara comprar o terreno, mas a Junta de Freguesia arranja o terreno. Quanto aos meus discursos, são sempre em defesa da minha terra. Nada têm a ver com política. Não tem a ver com política, porque eu não preciso da política para nada. Se é falta de cooperação da Câmara que tem havido, falta de cooperação por parte deste executivo, se é por aquele discurso que eu fiz na campanha, no Calvário, então eu demito-me. Não quero prejudicar Santa Cruz da Trapa de maneira nenhuma, porque eu não preciso disto para nada. Há aqui muita gente que precisa da política, eu não preciso. Há bocadinho o senhor vice-presidente dizia: eu não tolero, eu não tolero... Eu também não tolero, não tolero mais isso. É o presidente de Câmara, agora é o vice-presidente, sempre a chamarem-me a atenção por causa das palavras que eu falei. E eu não disse nenhuma mentira, assumo tudo o que disse. Na altura da campanha também colocaram no facebook fotografias da Casa do Povo degradada, assim como os buracos que estão por tapar. Por exemplo, um buraco de uma sarjeta que alguém meteu no facebook, mas o buraco continua por tapar. Eu já o podia ter tapado, mas não tapo, porque a Câmara viu isso na campanha. Colocaram um estradão feito na Landeira na revista camarária. Eu queria perguntar ao senhor vice-presidente qual o estradão que foi feito, porque eu não o encontro. Se calhar estão a se referir aquilo que foi feito pelos tropas... E não é estradão, porque o estradão está lá e é o que liga Santa Cruz da Trapa a Carvalhais. Fizeram foi balcões para cortar o fogo, não foi estradão nenhum. E não teve nada a ver com a Câmara, foi com os serviços florestais. Mas, na revista, para a fotografia, está tudo sempre muito bonito. Quanto à casa antiga da Junta, pedimos auxílio à Câmara Municipal. Mandamos para lá um ofício e a resposta foi: não há dinheiro. A nossa prioridade era esta, a outra veio por acréscimo. Eu não quero agora ser o menino mau e que digam que foram devolvidos cento e tal mil euros. É verdade, foram. Mas nós pensamos: o que é que aquela casa pode trazer de mais valia para a freguesia de Santa Cruz da Trapa? Pouca coisa. E era mais um posto de trabalho que tinha que haver ali, a casa tinha que estar aberta conforme esta está e nós não tínhamos capacidade financeira para isso. Mas fomos honestos. Mandaram-nos o dinheiro e nós fizemos o acerto de contas com a ADRIMAG. Fomos honestos. Mas estão sempre a atirar-me à cara: ah, fizeste uma casa bonita, mas rejeitaste a outra... Sempre estes ataquezinhos, que não levam a nada. E a casa até já foi vendida a um deputado que está aqui, o Laranjeira, que lhe interessa até porque está ligada à casa dele. E com esse dinheiro vamos fazer um armazém, que não temos nada onde guardar as nossas máquinas. As tais máquinas que limpam a freguesia, sem uma ajuda, uma ponta de ajuda da Câmara Municipal para esse efeito.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ainda há bocadinho o senhor vice-presidente disse aqui que limpa para as festas não sei onde... Em Santa Cruz da Trapa é zero. Somos nós. Portanto esse dinheiro é para o tal armazém que temos que fazer. E ainda bem que, quando eu cheguei a esta Junta de Freguesia, vi que a Casa do Povo e a antiga casa da Junta não estavam em nome de ninguém, porque se calhar a Câmara ainda as vendia.”

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, tendo-se verificado as seguintes intervenções: o senhor João Fraga que referiu que existe um grande risco de circulação de peões na EM227 a partir de Passos, em Santa Cruz da Trapa, uma vez que não existem passeios nem bermas. Em particular na zona que reside, em Paçô, entre a lombas que vem a partir da rotunda de S. Mamede e uma curva logo adiante, a cerca de trinta ou quarenta metros, há um espaço muito curto e há uma circulação com alta velocidade naquela zona. Alertou para a necessidade de uma intervenção técnica e de sinalização. Em abril de 2010, vinte e cinco moradores de Paçô apresentaram uma exposição ao presidente da Câmara Municipal, a pormenorizar as características da situação e os riscos que estavam ali em causa. Informou que recebeu um ofício a agradecer a informação e a dizer que a Câmara Municipal se ia inteirar devidamente das situações em causa, tentando da melhor forma providenciar um eventual enquadramento técnico-legal. Até agora não havia sido feito rigorosamente nada.” O senhor Manuel Martins informou que em agosto de 2005, um conjunto de moradores de Santa Cruz da Trapa deslocou-se à sede da Junta de Freguesia para reclamarem a colocação de lombas de redução de velocidade na estrada que liga Santa Cruz da Trapa a Freixo. Apresentou um ofício enviado à anterior Câmara Municipal que aqui se transcreve: “Assunto: Circulação rodoviária. Venho pela presente, em conjunto com vários moradores, da Av. 17 de Agosto, S. Mamede do Varoso. Santa Cruz da Trapa, reclamar a colocação de lombas para reduzir a velocidade que liga Santa Cruz da Trapa – Freixo, devido aos automobilistas circularem nesta estrada a grande velocidade, sendo atualmente uma zona bastante habitada, em especial por casais com filhos pequenos em perigo eminente. Assim pedimos que considere a possibilidade de serem colocadas as referidas lombas na Av. 17 de Agosto, em especial pela segurança das crianças e idosos.” Apelou para resolverem o mais rapidamente possível o problema. O Vice-Presidente da Câmara Municipal mencionou que a Câmara Municipal vai averiguar devidamente os casos e providenciar que, posteriormente, ambos os municípios sejam contactados pessoalmente para um balanço da situação, porque são questões antigas, uma vem de 2005 e outra de 2009/2010.

ORDEM DO DIA:

3.1 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE A “ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”;

O Vice-Presidente da Câmara Municipal entrevistou reforçando que o atual executivo iniciou o seu mandato com uma dívida geral de doze milhões e duzentos mil euros e que agora a dívida foi reduzida para dez milhões e trezentos e vinte mil euros. O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) referiu que no PAEL as informações que lá aparecem são diferentes e que se saldaram em cerca de onze milhões de euros, considerando que a Câmara Municipal não tem mais dinheiro hoje do que tinha há um ano atrás, e que a redução da dívida resulta de engenharia



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

financeira e demagogia, porque as receitas baixaram e as transferências do Estado são cada vez menos. O Vice-Presidente da Câmara Municipal mostrou-se estupefacto com a intervenção anterior, alegando que foi uma tentativa de baralhar as pessoas para retirar o mérito a quem o tem, porque o deputado municipal manifestou uma grande confusão entre os conceitos de tesouraria e dívida, acrescentando que uma coisa é ter o dinheiro na mão e outra é ter a dívida, que baixaram a dívida e que por baixarem a dívida não significa que haja dinheiro em tesouraria. Elucidou ainda que os cálculos do PAEL são em função das previsões de receitas e despesas para o ano e, de forma a não restarem dúvidas, apresenta os seguintes resultados: final de 2013, dívida de médio e longo prazo era de seis milhões e quinhentos mil euros e de curto prazo era de cinco milhões e novecentos mil euros; em setembro de 2014, dívida de médio e longo prazo é de cinco milhões e oitocentos mil euros e de curto prazo é de cinco milhões e cem mil euros, o que considera ser fácil de provar terem baixado os fundos disponíveis negativos de três milhões para um milhão de euros, uma vez que baixaram a dívida de médio e longo prazo e de curto prazo, que também conta para o cálculo. Continuou com os esclarecimentos afirmando que considerava grave a acusação de haver engenharia financeira na obtenção das receitas, esperando uma concretização das acusações até à próxima sessão municipal; informou que os impostos diretos arrecadados em 2013 foram de um milhão e duzentos mil euros e em 2014 de um milhão e quatrocentos mil euros; que os rendimentos de propriedade foram de um milhão de euros em 2013 e em 2014 de um milhão e novecentos mil euros; que a receita através do IMI disparou e que foram reduzidos muitos custos, sobretudo os custos com o pessoal. Mas, em termos de total de receita, sem considerar o dinheiro recebido através do empréstimo do PAEL, sublinhou que este ano já se totaliza um milhão e setecentos mil euros de receita. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte. -----

3.2 – ANÁLISE DA “INFORMAÇÃO REFERENTE A PROVIDÊNCIA CAUTELAR SOBRE O ENCERRAMENTO DE ESCOLAS NO CONCELHO”; -----

A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) começou por se reportar à discussão do encerramento das escolas do 1º ciclo na sessão anterior, especialmente na intenção de interpor uma providência cautelar e no anúncio público desse mecanismo legal, constatando que o tempo foi passando e nada de concreto surgiu após os contributos, reflexões e ponderações prestadas na última Assembleia Municipal sobre o assunto. Depois acrescentou que, nos inícios de setembro, surgiu a notícia de que a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul tinha interposto uma providência cautelar, cuja aceitação no Tribunal de Viseu foi recebida com regozijo por parte do executivo camarário, sendo que, poucos dias volvidos, surgiu uma proposta do mesmo executivo, que manifestava a intenção de proceder ao cancelamento da dita medida, alegando não quererem prejudicar os alunos nem as atividades. E coloca as seguintes questões: “Mas então não sabiam o que ia acontecer? Esperavam que o Ministério da Educação não contestasse? Porquê que não assumiram de imediato essa posição e esperaram pelo mês de setembro (mês de arranque do ano letivo) para fazer essa diligência? Houve algum acordo com os pais e com os presidentes de Junta das escolas envolvidas relativamente à decisão do cancelamento desta providência cautelar?”. Sugeriu ainda que se solicite ao Governo a transferência de verbas necessárias ao reforço do orçamento com os custos adicionais do transporte das crianças das escolas que encerraram para as escolas de acolhimento, acabando por



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questionar como é que se pede um reforço das verbas, quando o próprio ministro da Educação afirmou publicamente que o transporte destes alunos teria um apoio extraordinário de trezentos euros por cada aluno transportado, o que, sendo o caso dos quarenta e quatro alunos do concelho, perfazia a quantia de catorze mil e duzentos euros. Concluiu afirmando que existia uma falta de ponderação nas decisões, uma falta de respeito pelos pais e Juntas de Freguesia, criticando igualmente a necessidade do executivo aparecer na comunicação social e a instrumentalização das crianças, apelando enfim ao abandono do populismo e da demagogia e que a política, no verdadeiro sentido do termo, passe a ser a prática do executivo. O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) lembrou que foi ele o autor da moção apresentada na sessão da Assembleia Municipal ocorrida em Carvalhais, proposta que colheu a aprovação de ambas as bancadas, considerando que não se acha minimamente defraudado com a posição tomada pela Câmara Municipal, antes se julga defraudado, sim, mas pelo Ministério da Educação e Ciência, porque, se o Ministério queria encerrar as três escolas em causa, devia ter negociado esse encerramento com a Autarquia local. Insurgiu-se contra a afirmação de que os alunos foram instrumentalizados, argumentando que é uma acusação grave e que, se o foram, foram-no também os pais e encarregados de educação. Identificou um problema de autismo e despotismo no Ministério da Educação, que resolveu a situação na lógica do quero, posso e mando, relegando Valadares, Serrazes e S. Félix para uma condição de abandono, constatando a existência de uma deslocalização dos alunos: os de Serrazes foram para Carvalhais, os de Valadares foram para Santa Cruz da Trapa e Oliveira de Frades e os de S. Félix foram para o novo Centro Escolar de S. Pedro do Sul. Depois referiu que o processo está em sede judicial e que a justiça é morosa, provavelmente que o processo se vai arrastar por muito tempo, enquanto as crianças começam a se adaptar à nova escola de acolhimento, a desenvolver novas amizades, a tomar contacto com novos professores, novas pedagogias e novos manuais, vaticinando em hipótese um desfecho judicial do processo favorável à Câmara Municipal, com a obrigatoriedade do regresso das crianças à escola de origem e com todas as consequências inerentes: novos ambientes, novos colegas, professores, pedagogias e manuais e o refazer novamente das vidas dos próprios pais, o que provoca instabilidade educativa. E concluiu, face ao exposto, que o Ministério da Educação e Ciência andou mal em todo o processo, enquanto a Câmara Municipal teve sempre uma atitude ajuizada, sobretudo na desistência eminente da providência cautelar. O Deputado Municipal Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) afirmou que, após ter dito que a sua Junta procedeu a todos os contactos com a Câmara Municipal com o objetivo de reunirem, discutirem e analisarem o processo de encerramento das escolas e da providência cautelar, apenas tomou conhecimento do cancelamento da dita providência cautelar posteriormente e através dos meios de comunicação social, manifestando por esse facto um sentimento de desilusão e tristeza, porque o caso mereceu o seu empenho pessoal e o empenho dos pais, encarregados de educação, agrupamentos de escolas, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia. Continuou afirmando que, no decurso das várias reuniões, os responsáveis da Câmara Municipal pelo processo venderam a ideia de que o Ministério decidiu fechar as escolas e que, portanto, a Câmara pretendia interpor uma providência cautelar, pedindo-se para o efeito a opinião dos pais, sendo que, em Valadares, tanto os pais como a Junta, acharam por bem concordar com esse mecanismo legal para evitar o fecho da escola. Afirmou que estava desiludido por terem anulado a providência cautelar



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

unilateralmente, sem ouvirem os pais e o presidente da Junta, esperando que situação idêntica não se repita. O Deputado Municipal António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix (PSD) declarou que, após tomada a decisão de interpor a providência cautelar, foi abordado telefonicamente pela Vereadora da Câmara Municipal, que lhe comunicou o sucedido, mostrando-se admirado com o facto de se não avisar o presidente da Junta de S. Félix, uma vez que o abandono da mesma providência cautelar está eminente. Informou ainda que foi realizada uma reunião em S. Félix, onde compareceram os pais e o Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal, onde foi dito aos pais que o que eles decidissem seria a tomada de posição da Câmara Municipal, acrescentando que, na dita reunião, tomou da palavra e disse que os pais devem decidir por si e que devem ter a responsabilidade sobre os seus educandos. Disse ainda que considerava ter havido em todo o processo muita demagogia e falta de liderança, porque, em 2009, a Carta Educativa do concelho previa a construção do Centro Escolar e foi aprovada por unanimidade, mas, agora que o Centro Escolar é uma realidade e está em funcionamento, já se mostram contra o fecho das escolas. Depois seguiu com a leitura do excerto de uma sua intervenção na anterior sessão da Assembleia Municipal, onde manifestou não ser contra o fecho das escolas, no entanto considera que cada caso é um caso e menciona novamente a aprovação unânime da Carta Educativa do concelho e o Centro Escolar que nela se previu. Reiterou a importância de se ouvirem os pais e que deixem ser os pais a decidirem o futuro educativo dos seus educandos, acrescentando que os pais passaram um cheque em branco ao executivo camarário para que defendessem as escolas e que a Câmara Municipal não teve o cuidado de reunir novamente com os pais nem com as Juntas de Freguesia com o propósito de lhes comunicar a sua decisão. O Vice-Presidente da Câmara Municipal começou por afirmar que se a justiça funcionasse atempadamente, tudo teria sido evitado. Confirmou que o Governo evocou interesse público na fundamentação para o encerramento das escolas e que a Câmara Municipal contrapôs com uma providência cautelar, porque, pensando precisamente na estabilidade familiar e escolar das crianças, através de um parecer técnico de um advogado, sabiam de antemão que tinham um prazo de noventa dias para cancelar a dita providência cautelar, sendo que o prazo ainda está em vigor e que o cancelamento ainda não foi feito. Mas considerou que se devem deixar correr todos os mecanismos legais, porque, uma vez sendo um assunto de interesse público, o tribunal tem em mãos a responsabilidade de resolver o assunto e decidir atempadamente, inclusive pode ainda decidir pelo não fecho das três escolas e todas elas entrarem em funcionamento, só que a Câmara Municipal deve salvaguardar-se com esse prazo de noventa dias. Exemplificou a necessidade de uma decisão atempada com o caso de Serrazes, onde podem eventualmente existir alunos que passaram para S. Pedro do Sul, sob a responsabilidade do Agrupamento de Escolas de S. Pedro do Sul, e que, se a escola voltar a funcionar, passam para a responsabilidade do Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa. Alegou que em causa estão as crianças e, afirmou que, como medida de salvaguarda e preparação das coisas, vão deixar correr o prazo de cancelamento da providência cautelar até ao limite, porque a responsabilidade de decidir é do tribunal e não da Câmara Municipal. Assim, considerou prematuras novas reuniões com os presidentes de Junta e famílias das crianças, porque a confusão ia ser ainda maior, visto a quantidade de telefonemas que o executivo recebeu no início do ano letivo a perguntar para que escola é que as crianças iam. E fez um apelo para pressionarem o Ministério da Justiça para que as coisas funcionem. Finalizou com uma



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referência aos custos, lembrando que, sempre que se faz um orçamento público, é preciso salvaguardar a receita que se tem e que, estando já em setembro/outubro, com os orçamentos de Estado e da Câmara Municipal aprovados, até agora ainda não surgiu nenhuma transferência ou receita extra do Estado para colmatar as diferenças, salientando todas as alterações que precisaram ser feitas para salvaguardar a boa abertura do ano letivo, com todos os custos do circuito dos transportes e das refeições a serem suportados pela Câmara Municipal. A Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho lembrou a chegada ao executivo camarário da notícia do Ministério da Educação e Ciência de que aquelas três escolas iam encerrar, afirmando que a primeira reação que teve foi telefonar aos três presidentes de Junta envolvidos e acordarem entre si e as associações de pais e encarregados de educação do concelho e ambos os diretores dos dois agrupamentos uma reunião para analisarem e discutirem o assunto, clarificando que o presidente da Junta de Freguesia de S. Félix, apesar de se ter feito representar, não esteve presente na reunião e, portanto, cometeu algumas gafes na sua intervenção. Mencionou que o problema foi colocado aos presidentes de Junta, aos diretores dos agrupamentos e aos presidentes das associações de pais e que, após uma conversa em que se pesaram os prós e os contras, foi decidido avançar com uma providência cautelar, não sendo essa decisão apenas da Câmara Municipal, mas sim uma decisão partilhada por todas as entidades presentes na reunião. Referiu que, ao avançar com esse mecanismo jurídico, presumia que, antes do início do ano letivo, o Ministério da Justiça teria que se pronunciar sobre o assunto, o que seria razoável, pois está em causa um público muito suscetível. Mas que não apareceu nada de concreto, antes pelo contrário, as pessoas pensaram que a Câmara Municipal tinha ganho o caso só porque, em meados de Agosto, o Tribunal de Viseu aceitou a providência cautelar, instalando-se a confusão e sendo motivo para os muitos telefonemas recebidos poucos dias antes das aulas. O Ministério da Educação e Ciência fez a sua defesa alegando interesse público, consequentemente as escolas tiveram que permanecer encerradas, mesmo contra a vontade da autarquia e dos agrupamentos, porque dependem do Ministério da Educação e, se o Ministério mandou fechar as escolas, os agrupamentos ficam sem professores para colocar nessas escolas. Esclareceu que o advogado que está a tratar desta questão enviou um e-mail para a Câmara Municipal explicando todo o processo, as alegações do Ministério e o ponto de situação do processo, concluindo com a necessidade de se tomar uma resolução até terça-feira, ou seja, se a intenção seria manter a providência cautelar ou não. Face a tal urgência, vi-me impossibilitada de convocar, reunir e discutir o assunto com os presidentes de Junta das três escolas envolvidas e com os representantes dos agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação, de forma que a decisão teve que ser tomada através do executivo camarário, conscienciosamente, usando de bom senso e sem qualquer tipo de demagogia ou manobra política. A decisão foi tomada com base no pressuposto de me colocar no papel de mãe e que decisão gostaria que fosse tomada. Não houve aqui demagogia, não houve política, não houve aqui nada disso, pensamos sempre no mais importante: as crianças. As crianças estão na escola de acolhimento desde o dia 15 ou 16 de setembro, prevendo-se uma decisão do processo lá para janeiro ou fevereiro, que, por indicação técnica, as hipóteses da decisão sair favorável são diminutas, mas, se mesmo assim, a Câmara ganhasse o processo, constituía um risco prejudicial às crianças, porque elas já estavam inseridas num novo estabelecimento escolar, portanto o executivo decidiu privilegiar as crianças, o seu bem-estar pessoal e pedagógico e ir ao



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

encontro das expectativas dos pais e das próprias crianças, que consideraram ter melhores condições nas escolas de acolhimento do que nas escolas de origem. Declarou que a decisão da Câmara Municipal em avançar com a providência cautelar foi partilhada pelas várias entidades, que o interesse superior é sempre o das crianças e salientou que, havendo o risco da decisão ser favorável à autarquia, o devido era acautelar esse risco, acabando por ser esse o procedimento da Câmara Municipal. A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) reportou-se à estratégia de comunicação da Câmara Municipal, que afirmou não lhe parecer a mais adequada, porque, nos órgãos de comunicação social, surgiram declarações do senhor presidente da Câmara Municipal a manifestar a desistência da providência cautelar e, afinal, essa informação não correspondia totalmente à realidade, sugerindo que o executivo afinasse a sua informação, no sentido de não causar poeira nem ruído nessa mesma comunicação. Afirmou ainda que os tribunais não se podem pressionar, que o poder judicial tem os seus timings e que é autónomo num estado de direito como o nosso. O Vice-Presidente da Câmara Municipal disse ter herdado uma Câmara com mais de quatrocentos funcionários, mas que nenhum era especialista em marketing e comunicação. Reiterou a afirmação de que a Câmara, enquanto executivo, deu indicações ao advogado para diligenciar o cancelamento da providência cautelar, cujo processo está pendente até à data limite para ver se o tribunal se pronuncia. O Deputado Municipal Custódio Pinheiro da Rocha (PS), afirmou que relativamente aos “tribunais pressionáveis”, que os tribunais não funcionam porque o Governo não quer que funcionem e que é por isso que há demora e que a providência cautelar está encalhada. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte. -----

3.3 – ANÁLISE DO “RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL RESPEITANTE AO 2.º TRIMESTRE DE 2014”;-----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte. -----

3.4 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “REGULAMENTO INTERNO DA UNIVERSIDADE SÉNIOR DE S. PEDRO DO SUL”;-----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.5 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE”;-----

Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.6 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA 10 LUGARES DE TÉCNICO SUPERIOR DE INGLÊS, 2 LUGARES DE TÉCNICO SUPERIOR DE ENSINO DE ATIVIDADE FÍSICA E 11 LUGARES DE TÉCNICO SUPERIOR DE ENSINO DE ATIVIDADES LÚDICO-EXPRESSIVAS”;-----

O Vice-Presidente da Câmara Municipal informou que este ano aprovaram previamente o concurso das Atividades Extra Curriculares para o Agrupamento de S. Pedro do Sul, de forma a



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

evitar que acontecesse como no ano passado: que as AEC's começassem mais tarde. Esclareceu ainda que, após “negociações” com o Agrupamento, esta entidade resolveu assumir e chamar a si a gestão das das Atividades, motivo pelo qual se está agora a anular todo o processo de contratação dos professores. Não se tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.----

3.7 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “LISTA DE JUÍZES SOCIAIS”; -----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.8 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A APLICAR EM 2014 E A COBRAR EM 2015 ”; -----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.9 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO DE 2015”; -----

O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) manifestou-se contra o lançamento da derrama, considerando que a derrama é uma sobrecarga fiscal que não devia existir, que é um obstáculo direto ao implemento do empreendedorismo na região, que é uma sobrecarga fiscal já eliminada em vários municípios do país e que aparece como uma decorrência direta da adesão ao PAEL. Acrescentou ainda que não obstante a eleição pelas listas do Partido Socialista, pensava que cada militante e cada deputado municipal terá sempre as suas ideias e os seus ideais que deverá defender, sem estar ligado ou vinculado a qualquer posição partidária ou a qualquer compromisso partidário, se para isso tiver que alienar os seus ideais ou os seus princípios, declarando a todos os munícipes, órgãos autárquicos e a todos os presentes na sessão que votava de mãos e pés atados em favor desta proposta, apenas por estar incluída no PAEL, porque, caso contrário, votaria contra. Referiu que caso a bancada municipal do PSD tivesse assumido um maior compromisso de fiscalização com todas as tomadas de posição do executivo anterior, não estariam a votar no eventual lançamento da derrama para 2015. Afirmou que relativamente às palavras do deputado municipal Mário Almeida, que teria aludido à colocação de “amigos” por parte do executivo socialista, comparou entre os antigos líderes da JS e o que fazem hoje na Câmara Municipal e os membros da JSD que são funcionários da Câmara Municipal e a forma como eles atuaram durante as eleições, exemplificando com os funcionários municipais ligados ao PSD que conduziam carrinhas da Câmara Municipal carregadas com material de campanha do PSD; com os serviços da Termalístur, Junta de Freguesia de Carvalhais e do Centro de Promoção Social de Carvalhais e aferir a quantidade de familiares e pessoas ligadas ao PSD que neles trabalham; mostrando-se disponível para citar nomes e apresentar provas de tudo, de consciência tranquila, livremente e assumindo os riscos judiciais das afirmações que proferiu. O Deputado Municipal José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD) manifestou o seu voto contra, não por uma questão política, mas em defesa do tecido empresarial do concelho de S. Pedro do Sul, que tem a sua zona industrial na freguesia de Bordonhos, fundamentando a sua posição com a falta de apoio a essa zona industrial, que provoca dificuldades nas empresas lá sedeadas. Alegou que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os empresários lhe fazem chegar pedidos de incentivo à instalação das empresas, depois condições para que elas se possam manter, considerando assim que a derrama inverte tudo o que se deve fazer: criar condições para ajudar as empresas. O Deputado Municipal José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD) clarificou que está no Centro de Promoção Social desde 2001 e que é presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais desde 2008, com um trabalho feito à vista de todos e assume várias responsabilidades: no Centro de Promoção Social está enquanto profissional e na Junta de Freguesia está porque se comprometeu perante o povo que nele confiou e elegeu. O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) respondendo à intervenção do deputado municipal André Matias, referiu desconhecer o despropósito de tal intervenção, porque nunca ali falou em “amiguismos”, mas sim em três funcionários políticos contratados pela Câmara, assim como disse não entender a “confusão” entre Centro de Promoção Social de Carvalhais, Junta de Freguesia de Carvalhais e Câmara Municipal, acrescentando que, enquanto deputado municipal, gosta de fazer perguntas concretas e que lhes sejam dadas respostas concretas. O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) referiu que encontra contradições nas palavras do deputado Mário Almeida sobre o assunto dos “amigos políticos”, na mesma medida em que sugeriu que haja maior transparência na gestão do Centro de Promoção Social de Carvalhais e, sobre o assunto do lançamento da derrama, concluiu para dizer que votará favoravelmente, mas condena a falta de compromisso da bancada do PSD na fiscalização da Assembleia Municipal no mandato anterior. O Vice-Presidente da Câmara Municipal, começou por afirmar que a atual posição do deputado André Matias sobre a derrama era exatamente a sua posição enquanto membro da Assembleia Municipal no executivo anterior, mas que, agora, herdaram os compromissos do PAEL e ficaram de mãos atadas, exemplificando com as inspeções nas finanças, a obrigatoriedade do envio dos relatórios mensais à DGAL sobre o PAEL e os fundos disponíveis e com a taxa municipal de direitos de passagem, que garante uma receita de mil e tal euros e que dá mais trabalho do que o valor arrecadado, contudo é um rendimento de que se não pode abdicar, realidades que deixam pouca margem de manobra à Câmara Municipal. Informou ainda que a receita da derrama tem decaído de forma acentuada nos últimos anos, cifrando-se atualmente nos 100 mil euros de receita, o que é verdadeiramente preocupante. Depois, em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, referiu ter entendido o que foi dito sobre o parque industrial, mas estranha o que disse sobre as receitas e o PAEL, porque afirma que a Câmara Municipal precisa de dinheiro, inclusive que usa esse dinheiro para socorrer as Juntas de Freguesia quando necessário. Disse ainda que sobre os parques industriais, não é apenas na derrama que se resolve, mas sim na atração dos investidores, reforçando com o facto de que havia um oleoduto abandonado num terreno do parque industrial de Bordonhos e a Câmara Municipal transformou o lote, vai arranjar o lote e que aprovaram na última Reunião de Câmara ser o lote vendido de forma simbólica por um euro a um empresário que quer investir cerca de um milhão e meio de euros numa empresa que vai criar vários postos de trabalho no concelho. Referiu um conjunto de lotes em tempos vendidos à empresa Sicornet que nunca foram usados e que, agora, negociando com a empresa, a Câmara Municipal vai dividir esse terreno em vários lotes e, depois, a empresa cede à Câmara Municipal uma parcela, que por sua vez será cedida a outros empresários; mencionou que os terrenos vendidos e que não forem alvo de investimentos durante um determinado período temporal vão



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reverter novamente para a Câmara Municipal. A Assembleia Municipal deliberou por **maioria**, com **17 votos a favor** dos deputados municipais Vítor Manuel Coelho Barros (PS), João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS) e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), **16 votos contra** dos deputados Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), António Pedro Casais Almeida e Costa (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Mário António de Almeida (PSD), Ângela Maria Bastos Lima (PSD), Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) aprovar a Proposta de Lançamento de Derrama para o ano de 2015. A **Bancada do PSD** apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Faz parte do nosso compromisso eleitoral não votarmos a derrama, porque entendemos que a situação que se vive no país é difícil, que a retoma que se verifica a nível nacional não se sente nas empresas da nossa região e, portanto, enquanto não sentirmos que a situação se altera a este nível, iremos votar sempre contra a derrama.” -----

3.10 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “PARTICIPAÇÃO NO IRS PARA O ANO DE 2015”; -----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por **maioria**, com **18 votos a favor** dos deputados municipais Vítor Manuel Coelho Barros (PS), João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro,

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS) e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), **16 abstenções** dos deputados Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), António Pedro Casais Almeida e Costa (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Mário António de Almeida (PSD), Ângela Maria Bastos Lima (PSD), Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) aprovar a Proposta de Participação no IRS o ano de 2015. -----

O Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação, em minuta, do ponto 3.4 ao ponto 3.10, tendo os membros da Assembleia Municipal concordado, por unanimidade.

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 14h00, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelo Presidente e pelos Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,